

Plano de Dados Abertos - PDA

Ministério do Turismo

Vigência: junho/2022 a junho/2024

MINISTÉRIO DO TURISMO

CARLOS ALBERTO GOMES DE BRITO
Ministro de Estado do Turismo

MARCOS JOSÉ PEREIRA
Secretário-Executivo

HÉLIO FERRAZ DE OLIVEIRA
Secretário Especial da Cultura

FÁBIO AUGUSTO OLIVEIRA PINHEIRO
Secretário Nacional de Desenvolvimento e Competitividade do Turismo

LUÍS VANNUCCI
Secretário Nacional de Infraestrutura Turística - Substituto

DÉBORA MORAES DA CUNHA GONÇALVES
Secretária Nacional de Atração de Investimentos, Parcerias e Concessões

JESSYCA HELLEN FERREIRA PAULINO
Secretária Nacional do Audiovisual

RAFAEL NOGUEIRA ALVES TAVARES DA SILVA
Secretário Nacional da Economia Criativa e Diversidade Cultural

LUCAS JORDÃO CUNHA
Secretário Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura

ENDRIGO CLAUJAN THOMAS DE VARGAS
Secretário Nacional de Desenvolvimento Cultural

JÉSSICA PINTO LIMA
Secretário Nacional de Direitos Autorais e Propriedade Intelectual

MOSAR RODRIGUES RABELO JUNIOR
Subsecretário de Tecnologia da Informação e Inovação

MARIA DAS GRAÇAS GONÇALVES ALMEIDA
Ouvidora

TIAGO LAURÊNIO MEIRA
Coordenador-Geral de Sistemas de Informação

FICHA TÉCNICA

GERENTES DO PROJETO

SÉRGIO SOARES DA SILVA
Coordenador de Análise de Dados e BI

KÁTIA CRISTINA ALVES BITENCOURT
Coordenação de Análise de Dados e BI

EQUIPE DO PROJETO

Adriana Correa Maia Moraes
Alessandra Bungenstab Sales
Alessandro Barbosa Sarmento
Alexandre Togeiro Torres
Álvaro Caetano de Abreu da Silva
Alyne Godois Brito
André Luís da Silva Masullo
Charles Pereira Passos
Cíntia Batista Angelini Carvalho
Dimas Jose Bueno
Diogo Gonçalves Machado
Edna do Espírito Santo
Elton Gomes de Medeiros
Fernanda Cunha Salim
Flávia Correia Dantas
Ivana Merched Oliveira Guerreiro
Janaína Eulálio Fernandes
João Felismario Batista Junior
João Primo Minari Junior
Lúcia Maria Prates Magalhães
Paulo José Bastos de Moraes
Paulo Marcondes Freitas Silva
Marcos Vinícius Monteiro da Rocha
Mateus Von Rondon Martins
Mauro Fialho de Lima e Souza
Millene Francine Lourenço Martins
Rafael Moraes do Couto
Ricardo José Tambosi
Rodrigo Cassol Lima
Sandro Moura da Silva
Sérgio Ricardo da Cruz Duarte

APOIO ADMINISTRATIVO

Heloísa Silva Araújo

Sumário

1.	INTRODUÇÃO	5
2.	CENÁRIO INSTITUCIONAL:	8
3.	OBJETIVOS.....	10
3.1.	Objetivo Geral:	10
3.2.	Objetivos específicos:	10
4.	CONSTRUÇÃO E EXECUÇÃO DO PLANO DE DADOS ABERTOS	11
5.	DADOS SELECIONADOS PARA ABERTURA.....	13
5.1.	Critérios para priorização e publicidade dos dados.....	13
5.2.	Priorização de abertura de dados	14
5.3.	Matriz de Priorização.....	16
5.4.	Notas importantes/Justificativas	19
6.	PROCESSO DE CATALOGAÇÃO:.....	20
7.	SUSTENTAÇÃO, MONITORAMENTO E CONTROLE.....	22
7.1.	Monitoramento e Controle	22
7.2.	Melhoria da Qualidade dos Dados	25
7.3.	Sustentação, Comunicação e Participação Social.....	27
8.	PLANOS DE AÇÃO	29
8.1.	Cronograma de elaboração e sustentação do PDA	30
8.2.	Cronograma de abertura de bases:	31
8.3.	Cronograma de promoção, fomento, uso e reuso das bases:	36
	ANEXOS	37
	Anexo I - Inventário de bases de dados do órgão.....	38
	Anexo II - Referências	78
	Anexo III - Glossário	85

1. INTRODUÇÃO

Este Plano de Dados Abertos (PDA), abrange os setores do turismo e da cultura, e é o documento orientador para as ações de implementação e promoção de abertura de dados produzidos ou que estão sob a responsabilidade do Ministério do Turismo (MTur), em conformidade com a Política de Dados Abertos do Poder Executivo federal, obedecendo a padrões mínimos de qualidade, de forma a facilitar o entendimento e a reutilização dos dados pela sociedade.

Considerando que já existem cartilhas e modelos que dispõem sobre arquitetura, ontologias e aspectos técnicos relacionados à formatação operacional para catalogação e publicação de dados, este documento visa orientar o planejamento para a abertura de dados, citando e disponibilizando **links** de acesso à literatura e materiais disponíveis sobre o ferramental técnico.

Dentre os elementos integrantes deste documento, estão previstos os canais de comunicação, as formas de interação com a sociedade, ações necessárias para alcance e sustentabilidade dos resultados pretendidos, cronograma com prazos e responsabilidades, bem como obediência às metodologias e padrões para a correta catalogação e publicação dos conjuntos de dados, de competência deste MTur, no [Portal Brasileiro de Dados Abertos](#).

São mencionados, ainda, os principais normativos aplicáveis ao tema e desenhado o cenário institucional que possui influência direta no conteúdo do documento, a exemplo da Política Nacional de Turismo ([Lei nº 11771/2008](#)); da Política Nacional de Cultura ([Lei nº 12343/2010](#)); do Plano Estratégico Institucional ([PEI 2020-2023](#)); e do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação ([PDTIC MTur 2021- 2022](#)).

Este PDA contou com a participação de representantes de todas as unidades do MTur, incluídas as da Secretaria Especial da Cultura (SECULT), em sua elaboração, como também da sociedade, por meio de consulta pública, sempre primando pelo interesse público, a publicidade e a transparência na administração pública.

Possui periodicidade bienal, com revisão sempre que necessário, não excedendo o prazo máximo de dois anos para sua atualização, e será divulgado à sociedade por meio de sua publicação no Portal Brasileiro de Dados Abertos e em transparência ativa, na seção “Acesso à Informação > Dados Abertos”, da página institucional do MTur no www.gov.br/turismo.

Da mesma forma, sempre que ocorrer a atualização ou a inserção de novos dados, haverá divulgação ao público externo e interno por meio da Assessoria Especial de Comunicação Social do Gabinete do Ministro (ASCOM).

Para a elaboração e instituição deste Plano de Dados Abertos (PDA), o MTur considerou os principais dispositivos legais que regem a Política de Dados Abertos e os deles decorrentes, a saber:

- ✓ A criação e entrada em vigor da [Lei nº 12.527](#), de 18 de novembro de 2011, a chamada **Lei de Acesso à Informação - LAI**.
- ✓ O [Decreto nº 8.777](#), de 11 de maio de 2016, que **institui a Política de Dados Abertos** do Poder Executivo Federal.
- ✓ A [Resolução nº 03](#), de 13 de outubro de 2017, do Comitê Gestor da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (CGINDA), que aprova as **normas sobre elaboração e publicação de Planos de Dados Abertos**.
- ✓ O [Decreto nº 9.903](#), de 08 de julho de 2019, que dispõe sobre a **gestão e os direitos de uso dos dados abertos** e transfere a **gestão da Política de Dados Abertos** do Ministério da Economia **para a** Controladoria Geral da União - CGU.
- ✓ O [Decreto nº 10.160](#), de 09 de dezembro de 2019, que **institui a Política Nacional de Governo Aberto e o Comitê Interministerial de Governo Aberto**.
- ✓ [Decreto nº 10.332](#), de 28 de abril de 2020, que **institui a Estratégia de Governo Digital 2020-2022**, no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal.
- ✓ O disposto no art. 48 da [Lei Complementar nº 101](#), de 4 de maio de 2000, que determina ao Poder Público **a adoção de instrumentos de transparência na gestão fiscal** em meios eletrônicos de acesso público às informações orçamentárias e prestações de contas.
- ✓ O [Decreto Presidencial nº 6.666](#), de 27 de novembro de 2008, que **cria a Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE)** e determina que o

compartilhamento e a disseminação dos dados geoespaciais e seus metadados é obrigatório para todos os órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, salvo os protegidos por sigilo.

- ✓ A [Instrução Normativa nº 4](#), de 12 de abril de 2012, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI), que **institui a Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (INDA)** e estabelece conceitos referentes a: dado, informação, dado público, formato aberto, licença aberta, dados abertos e metadado;
- ✓ O [Plano de Ação da INDA 2021-2022](#), que **prevê ações voltadas ao fortalecimento da Política de Dados Abertos e determina a necessidade de os órgãos instituírem seus respectivos Planos de Abertura de Dados.**
- ✓ O [Plano de Ação Nacional sobre Governo Aberto](#), no âmbito da Parceria para Governo Aberto (do inglês **Open Government Partnership - OGP**), celebrado entre o Brasil e sete outros países, em setembro de 2011, e regulamentado pelo Decreto s/nº, de 15 de setembro de 2011, que pactuou novos compromissos a partir de 2021 ([5º Plano de Ação](#));
- ✓ Os parâmetros estabelecidos na **e-PING7**, nos [Padrões de Interoperabilidade](#) (e-PING) do governo eletrônico, e os vocabulários e as ontologias de Governo Eletrônico (e-VoG8) e o [Modelo de Acessibilidade de Governo Eletrônico](#) (eMAG), instituído pela [Portaria nº 03, de 07 de maio de 2007](#);

O presente documento pretende ser um marco geral de implantação e não um detalhamento da internalização de práticas e ações. O PDA, portanto, é um instrumento de planejamento e coordenação das ações de disponibilização de dados pelo Ministério do Turismo (MTur), válido pelo período de dois anos, a contar da publicação deste Plano.

O cidadão poderá usar o Fala.BR - Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação (<https://falabr.cgu.gov.br/>), para fazer sugestões, que serão referência para a evolução, o aperfeiçoamento e as revisões do PDA. Os usuários também podem relatar problemas técnicos ou inconsistências, utilizando o mesmo canal (Fala.BR), o que será encaminhado às áreas responsáveis pelas bases para resposta e solução, conforme o caso.

2. CENÁRIO INSTITUCIONAL:

O Ministério do Turismo (MTur) tem atuado no sentido de aprimorar a implementação de ações que contribuam para ampliar e consolidar o seu papel junto à sociedade, como parte da estratégia de abertura das bases de dados públicos do Poder Executivo federal, visando promover uma maior participação social, em defesa do exercício da cidadania, na construção e modernização das atividades de sua competência e dos serviços públicos que presta no âmbito do turismo e da cultura nacionais.

Cabe destacar que, com a extinção do Ministério da Cultura pela [Lei nº 13.844/2019](#), e com a publicação do [Decreto nº 9.674/2019](#), a estrutura da Cultura foi transferida para o Ministério da Cidadania, sendo então transformada em Secretaria Especial da Cultura (SECULT).

Em uma nova mudança na estrutura administrativa, a SECULT foi transferida do Ministério da Cidadania para o Ministério do Turismo, por meio do [Decreto nº 10.359/2020](#), cuja entrada em vigor se deu em 08 de junho de 2020.

Registre-se, ainda, a publicação do [Decreto nº 10.449/2020](#) que dispõe sobre a supervisão das entidades do setor cultural vinculadas ao MTur e atribui essa competência à SECULT, dentro de um específico modelo de vinculação de entidades da administração pública indireta, sempre em busca da maior eficiência e harmonização dos objetivos da política cultural do país.

Considerando serem autarquias e fundações que possuem autonomia jurídico-administrativa e financeira, as instituições vinculadas a SECULT, são responsáveis pela elaboração, publicação, monitoramento e atualização periódica dos seus respectivos Planos de Dados Abertos.

A elaboração deste Plano de Dados Abertos do Ministério do Turismo (PDA MTur), incorpora formalmente a SECULT ao seu planejamento de ações e está alinhada com os princípios e diretrizes estratégicas de Governo, como também com os instrumentos e instâncias de gestão do Ministério, a saber:

- ✓ Política Nacional de Turismo ([Lei nº 11771/2008](#));
- ✓ Plano Nacional de Cultura 2010-2020 ([Lei nº 12.343/2010](#));
- ✓ Plano Nacional de Turismo - [PNT 2018-2022](#);
- ✓ Plano Estratégico Institucional - [PEI 2020-2023](#);

- ✓ os parâmetros atuais ou que venham a ser estabelecidos no âmbito do **Plano de Transformação Digital 2021-2022** e do **Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTIC 2021-2022**, elaborados sob orientação da **Estratégia de Governo Digital - EGD 2020-2022**;
- ✓ outros instrumentos de gestão do Ministério do Turismo (MTur) e da Secretaria Especial da Cultura (SECULT).

Em cumprimento ao disposto no [Decreto nº 10.332/2020](#), que institui a Estratégia de Governo Digital 2020-2022 e em consonância com o seu Art. 2º; nos termos do [Decreto nº 9.759/2019](#); e, em conformidade com o disposto no Art. 3º, inciso I, da [Portaria MTur nº 359/2020](#), este Plano de Dados Abertos foi aprovado e instituído pelo **Comitê de Governança Digital do Ministério do Turismo (CGD/MTur)**.

3. OBJETIVOS

3.1. Objetivo Geral:

Promover a abertura de dados no Ministério do Turismo (MTur), incluindo os da Secretaria Especial da Cultura (SECULT), zelando pelos princípios da publicidade, transparência e eficiência das políticas públicas de sua competência, visando o aumento da disseminação de dados e informações para a sociedade, bem como a melhoria da qualidade dos dados disponibilizados, a fim de estimular a inovação tecnológica, a geração de novos serviços digitais e o desenvolvimento de novos negócios, além de proporcionar maior suporte à tomada de decisão pelos gestores públicos e ao controle social.

3.2. Objetivos específicos:

- ✓ Identificar, priorizar e disponibilizar dados em formato aberto, com maior grau de relevância para a sociedade, e, sempre que possível, georreferenciados;
- ✓ Melhorar a qualidade dos dados disponibilizados;
- ✓ Estimular a interoperabilidade de dados e sistemas entre instituições públicas, por meio da publicação de dados em formato processável por máquina, conforme padrões estabelecidos;
- ✓ Melhorar a gestão da informação e de dados;
- ✓ Incrementar os processos de transparência e de acesso a informações públicas;
- ✓ Estimular a visualização da informação das ações de governo, de competência do MTur e da SECULT, no território nacional;
- ✓ Estimular a participação e o controle social;
- ✓ Fomentar a participação da sociedade no desenvolvimento de novos negócios e de novos serviços digitais, a exemplo de aplicativos que tenham por base ou utilizem os dados de caráter público disponibilizados pelo MTur e pela SECULT.

4. CONSTRUÇÃO E EXECUÇÃO DO PLANO DE DADOS ABERTOS

A elaboração do Plano de Dados Abertos (PDA), como também a abertura e melhoria dos dados publicados, do Ministério do Turismo (MTur), incluindo os da Secretaria Especial da Cultura (SECULT), contempla as seguintes ações e etapas:

1. Detalhamento do plano de ação com metas e prazos para elaboração do PDA MTur e abertura dos conjuntos de dados do MTur e da SECULT;
2. Definição de pontos focais em todas as áreas detentoras de base de dados do MTur e da SECULT; reunião de alinhamento, para formação de grupo de trabalho e início das atividades de elaboração do Plano;
3. Levantamento de todas as bases de dados do MTur e da SECULT, já publicadas e dos conjuntos de dados candidatos à abertura, para elaboração do Inventário de Bases de Dados unificado;
4. Classificação dos dados do inventário em: publicados, não publicados e sigilosos (se houver);
5. Realização de consulta pública, com foco nos dados não publicados e não sigilosos;
6. Priorização dos dados que serão abertos, com base no resultado da matriz de priorização e em conformidade com os critérios listados no Art.1º da Resolução nº 3/2017, do CGINDA;
7. Definição de cronograma de abertura de bases, contendo as bases que serão abertas, durante a vigência deste PDA, e os respectivos prazos de abertura;
8. Definição de responsáveis pela curadoria (preparo, abertura e atualização dos dados) das bases de dados do MTur e da SECULT;
9. Capacitação dos responsáveis pelos conjuntos de dados selecionados para abertura e dos dados já publicados, sobre:
 - a. Processo de publicação de dados abertos;
 - b. Processo de revisão e melhoria dos dados publicados;

- c. Processo de catalogação dos metadados no Portal Brasileiro de Dados Abertos (<http://dados.gov.br/>); e,
 - d. Processo de catalogação dos metadados na Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE), se houver dados georreferenciados.
10. Utilização de metodologia de catalogação de dados, de acordo com os padrões INDA e INDE, a ser seguida pelas áreas responsáveis pelos dados;
 11. Publicação dos dados no Portal Brasileiro de Dados Abertos (<http://dados.gov.br/>), observando o uso de URL fixa, de nomenclatura idêntica ao que consta neste PDA e o cumprimento do cronograma de abertura, conforme item “B”, seção VIII;
 12. Dados referenciados em transparência ativa, na sessão "Dados Abertos", da página institucional do Ministério do Turismo, em www.gov.br/turismo, por padrão, ficarão na URL dados.turismo.gov.br, com direcionamento para a página de dados abertos do MTur no Portal Brasileiro de Dados Abertos (<http://www.dados.gov.br/organization/ministerio-do-turismo-mtur>);
 13. Divulgação à sociedade da publicação e período de vigência deste PDA;
 14. Promoção de ações de fomento ao uso e reuso das bases do MTur e da SECULT;
 15. Publicação de relatório de monitoramento e acompanhamento, após um ano de execução deste PDA;
 16. Controle, monitoramento e acompanhamento contínuo da execução deste PDA, inclusive do cumprimento do cronograma de abertura de bases de dados.

5. DADOS SELECIONADOS PARA ABERTURA

O processo de priorização das bases de dados para abertura, foi precedido de um minucioso levantamento dos conjuntos de bases de propriedade do MTur e da SECULT, com a identificação das unidades do MTur responsáveis por cada base de dados, de modo a elaborar um Inventário de bases de dados do Ministério do Turismo (Anexo I), unificado, que contém os conjuntos de bases já abertos no Portal Brasileiro de Dados Abertos (dados.gov.br) e os conjuntos de bases passíveis de abertura ao longo da vigência deste PDA.

Destacamos que o Ministério do Turismo não possui, até o momento, informações classificadas ou desclassificadas em qualquer grau de sigilo, conforme disposto na Lei Geral de Acesso à Informação - LAI ([Lei nº 12527/2011](http://leis.legislativo.gov.br/LAI/Lei%20n%2012527%20de%202011)) e no [Decreto nº 7845/2012](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2012/2012_07/Decreto/D7845.htm), que impactem a abertura de suas bases de dados.

5.1. Critérios para priorização e publicidade dos dados

A abertura de dados deve, sobretudo, garantir os princípios do interesse público, da publicidade e da transparência da administração pública, bem como da eficiência e eficácia, além de respeitar as restrições de sigilo e a privacidade do cidadão, de acordo com a legislação em vigor.

De modo geral, todos os conjuntos de dados produzidos ou de responsabilidade do MTur e da SECULT, que não sejam classificados em algum grau de sigilo conforme previsto no Art. nº 24, da Lei de Acesso à Informação - LAI, são candidatos a abertura, uma vez que de acordo com a LAI a transparência é a regra e o sigilo a exceção.

Ressaltamos que a abertura dos conjuntos de dados será precedida por **curadoria**, sob a responsabilidade dos servidores indicados pelas **unidades gestoras de cada base dados** a ser publicada, no âmbito do MTur e da SECULT, que definirão o conteúdo e a forma como as informações serão disponibilizadas no Portal Brasileiro de Dados Abertos (dados.gov.br), em conformidade com o disposto na Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD ([Lei nº 13.709/2018](http://leis.legislativo.gov.br/LGPD/Lei%20n%2013.709%20de%202018)), visando resguardar o acesso a dados pessoais e ou sigilosos, se houver.

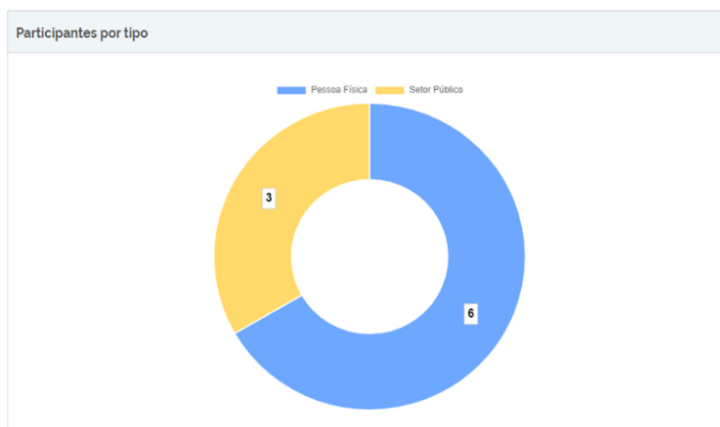
Para se estabelecer as metas de abertura de dados e etapas de priorização, neste PDA, foram levados em consideração os seguintes critérios, conforme previsto no Art. 1º, incisos I a VIII, da Resolução nº 03/2017 (CGINDA):

1. O grau de relevância para o cidadão, como resultado de consulta pública;
2. Os dados mais solicitados em transparência passiva, desde o início da vigência da LAI;
3. Estímulo ao controle social;
4. Os normativos legais e os compromissos formalmente assumidos pelo MTUR e a SECULT, inclusive perante organismos internacionais;
5. A referência e o alinhamento a projetos estratégicos do governo;
6. A demonstração de resultados diretos e efetivos dos serviços públicos prestados pelo MTur e a SECULT;
7. Capacidade de fomento ao desenvolvimento sustentável;
8. Possibilidade de fomento a novos negócios na sociedade;
9. O alinhamento perante os planejamentos setoriais, incluindo os relacionados às áreas da tecnologia da informação, considerando o conjunto de informações e sistemas sob a gestão do MTur, em especial os sistemas estruturadores que são de uso obrigatório transversal para os órgãos da Administração Pública Federal (critério adicionado pelo MTur); e
10. O nível de maturidade da organização das informações e de dados existentes no âmbito do MTur e da SECULT (critério adicionado pelo MTur).

5.2. Priorização de abertura de dados

Para conhecer o grau de relevância para o cidadão, das bases de dados do MTur, incluindo as da SECULT, foi realizada uma consulta pública, na modalidade “Opine Aqui”, disponível por 17 dias (de 15 a 31/12/2021), na plataforma “Participa +Brasil” (<https://www.gov.br/participamaibrasil>). Ao todo foram registradas 9 participações, sendo 3 de pessoas físicas e 4 do setor privado, oriundos de 4 Unidades da Federação (UF), conforme demonstrado nos infográficos abaixo:

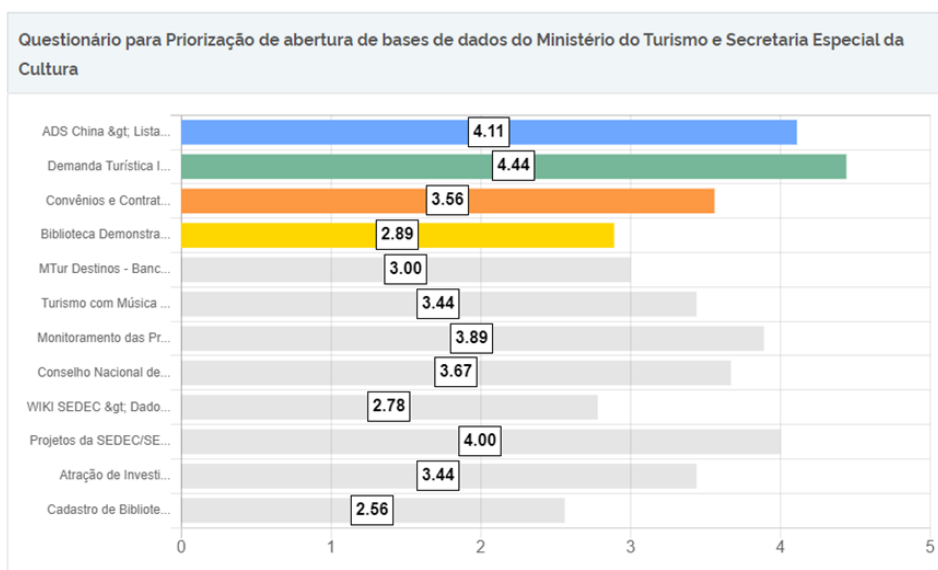
Participação por tipo (Pessoa Física ou Jurídica):



Opiniões registradas por Unidade da Federação (UF):



Grau de relevância das bases de dados do MTur e da SECULT, atribuído pelos participantes da consulta pública:



5.3. Matriz de Priorização

No cumprimento dos requisitos presentes na Resolução nº 03/2017 (CGINDA), foi elaborada uma matriz de priorização, onde constam todas as bases passíveis de abertura valoradas, o que permitiu o estabelecimento de uma ordem de prioridade que direcionará os esforços do MTUR e da SECULT para viabilizar a sua abertura.

Além da valoração resultante da consulta pública, os demais critérios foram valorados pelas unidades do MTur, responsáveis por cada base de dados que compõe o Inventário de Bases de Dados do MTur, incluindo a SECULT, para priorização de abertura.

Destacamos, ainda, que após a consulta pública, excepcionalmente, foram incluídas quatro novas bases de dados para abertura*, considerando a relevância dos temas e dos dados a serem disponibilizados aos cidadãos. Essas bases foram valoradas na matriz de priorização, pelas unidades do MTur responsáveis pelos dados e pelo Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) - MTur, por meio da Ouvidoria, considerando os critérios estabelecidos na Resolução nº 03/2017 (CGINDA).

Neste contexto, foram estabelecidos como meta para abertura de dados, durante a vigência deste PDA, os seguintes conjuntos de dados, conforme exposto na matriz de priorização abaixo:

PRIORIZAÇÃO DAS BASES DE DADOS DO MINISTÉRIO DO TURISMO E SECRETARIA ESPECIAL DA CULTURA												
Ordem de Prioridade de Abertura	Bases de Dados	Grau de relevância para o cidadão (Consulta pública > Resolução nº 03 - CGINDA, Art.1º, I, § 1º)	Mais solicitados em transparência passiva desde a LAI (Resolução nº 03 CGINDA, Art.1º, VIII)	Estímulo ao controle social (Resolução nº 03 - CGINDA, Art.1º, II)	Possui obrigatoriedade legal/compromisso assumido de disponibilização daquele dado (Resolução nº 03 CGINDA, Art.1º, III)	Refere-se a projetos estratégicos do governo (Resolução nº 03 CGINDA, Art.1º, IV)	Demonstra resultados diretos e efetivos dos serviços públicos (Resolução nº 03, CGINDA, Art.1º, V)	Capacidade de fomento ao desenvolvimento sustentável (Resolução nº 03 CGINDA, Art.1º, VI)	Possibilidade de fomento a novos negócios na sociedade (Resolução nº 03 CGINDA, Art.1º, VII)	Alinhamento perante o Planejamento Estratégico	Refere-se a um sistema estruturante e/ou utilizado por vários órgãos	TOTAL (somatório do peso do critério* valor atribuído a cada base)
	PESO DO CRITÉRIO	5	4	4	2	3	5	3	4	2	4	
	AVALIADOR	Núcleo Avaliador 1	Núcleo Avaliador 2	Núcleo Avaliador 3	Núcleo Avaliador 4	Núcleo Avaliador 5	Núcleo Avaliador 6	Núcleo Avaliador 7	Núcleo Avaliador 8	Núcleo Avaliador 9	Núcleo Avaliador 10	
1ª	Convênios e Contratos de Repasse - SEDEC/SECULT**	2	3	3	3	3	3	3	3	3	3	103
2ª	Monitoramento das Pracinhas da Cultura**	2	0	3	3	2	3	3	3	3	3	88
2ª	Projetos da SEDEC/SECULT***	3	0	3	2	2	3	2	3	3	3	88
3ª	Conselho Nacional de Política Cultural - CNPC	2	0	5	2	2	1	1	1	3	1	62
4ª	Demanda Turística Internacional Receptiva (Chegada de Turistas Internacionais)	3	1	1	1	1	2	1	2	3	1	59
5ª	Biblioteca Demonstrativa do Brasil (BDB)	1	0	1	0	1	3	2	3	3	1	55

6ª	Cadastro de Bibliotecas Públicas	1	0	1	3	1	2	1	0	2	3	47
7ª	Conselho Superior de Cinema*	0	0	3	2	2	1	1	1	3	1	44
8ª	ADS China	3	0	1	0	2	2	0	1	2	0	43
9ª	Portal Atração de Investimentos em Turismo	2	0	0	0	2	1	1	3	3	0	42
10ª	Wiki SEDEC***	1	0	1	0	1	2	2	2	1	0	38
11ª	Calendário de Eventos*	0	1	1	1	1	1	1	1	0	1	29
12ª	Sistema Código de Conduta (CESI)*	0	0	2	0	1	0	2	0	3	0	23
13ª	Selo Turismo Responsável*	0	0	2	0	1	0	1	0	3	0	20
14ª	Turismo com Música	2	0	1	2	0	0	0	0	0	0	18
15ª	MTur Destinos - Banco de Imagens***	2	0	0	0	0	0	0	1	0	0	14

Valor do critério	
Não se aplica	0
Baixo	1
Médio	2
Alto	3

5.4. Notas importantes/Justificativas

***Conselho Superior de Cinema; Calendário de Eventos; Sistema Código de Conduta (CESI); e Selo Turismo Responsável:** Embora não tenham sido submetidas a Consulta Pública, as bases foram valoradas pelas áreas responsáveis, conforme critérios da Matriz de Priorização para Abertura de Bases de Dados, e serão abertas considerando a relevância dos temas e dos dados a serem disponibilizados aos cidadãos.

****Convênios e Contratos de Repasse - SEDEC/SECULT:** esta base será aberta, sob o título "Contratos de Repasse - SEDEC/SECULT", visto que após a realização da consulta pública, a área responsável identificou que os dados sobre os Convênios, firmados no âmbito da SEDEC/SECULT, já se encontram abertos no dados.gov.br, sob o título "Convênios", sob a competência da SGFT/SE/MTUR.

****Monitoramento das Pracinhas da Cultura:** após a realização da consulta pública, a área responsável por esta base de dados deliberou pela sua incorporação à base "Pracinhas da Cultura" (antigo "Centros de Esportes e Artes Unificados do Brasil - CEUs"), visando agregar mais valor ao conjunto de dados já publicados no dados.gov.br.

*****Projetos da SEDEC/SECULT:** a área responsável deliberou, após a realização da consulta pública, pela impossibilidade de abertura desta base de dados, visto que o sistema gerador dos dados está inativo, por fazer parte de um projeto piloto descontinuado em 2018.

*****Wiki SEDEC:** a área responsável deliberou, após a realização da consulta pública, pela impossibilidade de abertura desta base de dados, visto se tratar de uma ferramenta de uso exclusivamente interno e que se encontra inativo (sem atualização de conteúdo) desde 2019.

*****MTur Destinos - Banco de Imagens:** considerando que o Flickr é um site da web de hospedagem e partilha de imagens, como fotografias e vídeos, caracterizado como uma Rede Social, e por não ser de propriedade do MTur, após a realização da consulta pública, a área responsável deliberou pela impossibilidade de abertura nesta oportunidade, devido a necessidade de amadurecer e definir melhor os parâmetros e a proposta de abertura desta base de dados.

6. PROCESSO DE CATALOGAÇÃO:

As bases de dados programadas para publicação em formato aberto serão catalogadas no Portal Brasileiro de Dados Abertos (<http://dados.gov.br>), assim como na seção “Acesso à Informação - Dados Abertos” da página institucional do MTur, no gov.br (<https://www.gov.br/turismo/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos>). O processo de catalogação dos conjuntos de dados, conforme previsto nos normativos, será realizado utilizando ferramentas definidas pela área de tecnologia da informação do MTur.

A catalogação será feita diretamente pelas unidades responsáveis por cada base de dados, no âmbito do MTur e da SECULT. Para tanto, foram definidos curadores responsáveis para a realização dessa atividade, que serão capacitados e utilizarão o Manual de Catalogação no Portal Brasileiro de Dados Abertos, disponibilizado pela CGU, para realizar sua respectiva catalogação, manutenção e revisão dos conjuntos de dados de sua competência, conforme cronograma de abertura de bases de dados, deste PDA.

A Autoridade de Monitoramento, designada conforme o art. 40, da Lei de Acesso à Informação (Lei nº12.527/2011), em conjunto com a Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Inovação (STII), prestarão apoio ao processo de abertura e manutenção de bases de dados.

Além de estar alinhado aos princípios e diretrizes mencionados anteriormente neste PDA, o processo de catalogação dos conjuntos de dados deve considerar as seguintes premissas:

1. Priorizar a publicação dos dados considerados relevantes para a sociedade, em formato não proprietário, informando as eventuais limitações de qualidade ou de sigilo dos dados;
2. Sempre que possível, publicar dados e seus metadados conforme estabelecido no Plano de Ação da INDA, que institui que cada conjunto de dados deve conter, no mínimo:
 - a. Nome ou título do conjunto de dados;
 - b. Descrição sucinta;
 - c. Palavras-chave (etiquetas);

- d. Assuntos relacionados do VCGE - Vocabulário Controlado do Governo Eletrônico;
 - e. Nome e e-mail da unidade responsável pelos dados;
 - f. Periodicidade de atualização;
 - g. Escopo temporal (anual, bimestral, mensal, diário, **online** etc.);
 - h. Escopo geopolítico (por cidade, por estado, por região).
3. No caso de dados georreferenciados, deve-se levar em conta as normas e padrões da INDE.
 4. Publicar os dados do MTur, incluindo a SECULT, seguindo os padrões definidos pela e-PING, pela Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (INDA), pela Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE) e pelo Governo Eletrônico.
 5. Catalogar os dados abertos no Portal Brasileiro de Dados Abertos, catálogo central de acesso aos dados do Governo Federal;
 6. Catalogar os dados geoespacializados na INDE;
 7. Promover a integração entre os catálogos de metadados INDA e INDE;
 8. Manter os dados publicados atualizados e sincronizados com a origem, com a menor periodicidade e maior granularidade viáveis;
 9. Atualizar os dados, preferencialmente, por meio de sincronização automática, estabelecendo-se um processo contínuo, especialmente no caso de sistemas estruturantes, com ganhos de eficiência em comparação a extrações pontuais;
 10. Utilizar sempre o mesmo nome registrado no Plano de Dados Abertos do órgão, para catalogar/publicar as bases de dados no Portal Brasileiro de Dados Abertos; e
 11. Utilizar, como forma de disseminação, o ambiente do Portal Brasileiro de Dados Abertos do Governo Federal, que poderá ser acessado, também, por meio da seção “Acesso à Informação > Dados Abertos”, da página institucional do MTur, no gov.br (<https://www.gov.br/turismo/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos>).

7. SUSTENTAÇÃO, MONITORAMENTO E CONTROLE

7.1. Monitoramento e Controle

Para impulsionar e garantir o cumprimento do estabelecido neste Plano de Dados Abertos (PDA) e considerando a necessidade de articulação interna, será instituído no âmbito deste Ministério do Turismo, a **Equipe Gestora de Dados Abertos (EGDA/MTur)**, formada por representantes de cada uma das unidades administrativas do órgão, sob a coordenação da Subsecretaria de Gestão Estratégica (SGE/SE), com o **objetivo de elaborar, monitorar, revisar e acompanhar a execução do Plano.**

Estão previstas reuniões do EGDA/MTur, ao longo do período de vigência do presente Plano, com os representantes das unidades do MTur responsáveis por cada base de dados, a fim de estabelecer tratativas e deliberar acerca da abertura e manutenção de suas respectivas bases. Além da participação do titular do EGDA/MTur, em reuniões do Comitê de Governança Digital (CGD/MTur), sempre que necessário ou mediante convocação, com o objetivo de alinhar as informações sobre a sua implementação, além de deliberar sobre as atualizações do PDA MTur.

A **Autoridade de Monitoramento**, designada conforme o art. 40, da Lei de Acesso à Informação (Lei nº12.527/2011), será **responsável por assegurar a publicação e a atualização deste PDA**, nos termos do §4º, do art. 5º do Decreto nº 8.777/2016 e do art. 14 da Resolução nº 3/2017 - CGINDA, **por monitorar o cumprimento dos cronogramas definidos e por fomentar a cultura de abertura de dados** no âmbito do Ministério do Turismo, além de **assessorar o EGDA/MTur**, no que couber, exercendo as seguintes atribuições:

[...]

Art. 14. A autoridade designada nos termos do art. 40 da Lei nº 12.527, de 2011, será responsável por assegurar a publicação e a atualização do PDA, e exercerá as seguintes atribuições:

I - orientar as unidades sobre o cumprimento das normas referentes a dados abertos;

II - assegurar o cumprimento das normas relativas à publicação de dados abertos, de forma eficiente e adequada;

III - monitorar a implementação dos PDA; e

IV - elaborar relatório anual sobre o cumprimento dos PDA, com recomendações sobre as medidas indispensáveis à implementação e ao aperfeiçoamento da Política de Dados Abertos.

Parágrafo único. O relatório previsto no inciso IV do caput deverá ser publicado em transparência ativa, na seção "Acesso à Informação" do sítio eletrônico de cada órgão, na forma do art. 6º.

[...]

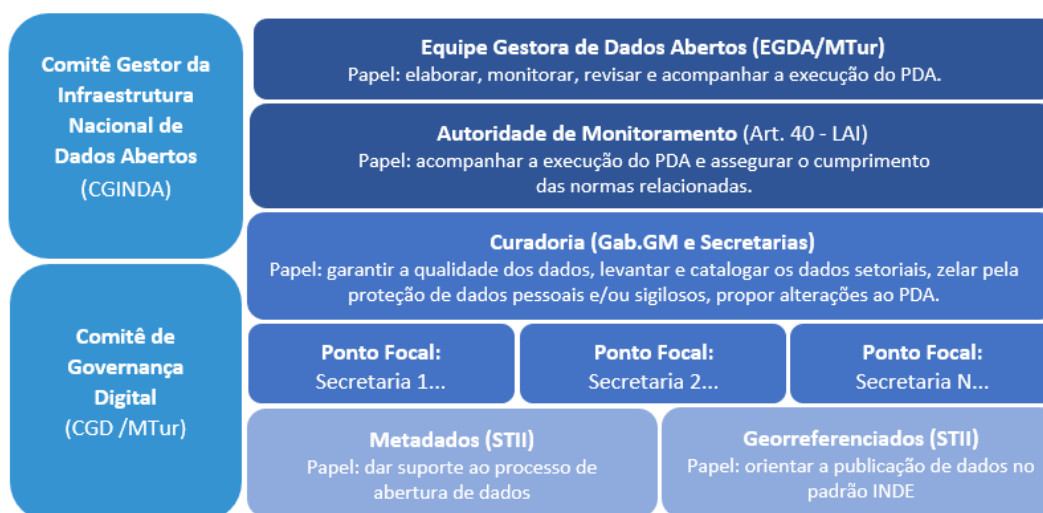
O processo de **curadoria** das bases de dados será realizado por servidores, designados pelas **unidades responsáveis por cada uma das bases**, no âmbito do MTur, compreendendo as seguintes atividades:

- a. gerir os processos de abertura de dados na forma e na periodicidade estabelecidas no PDA MTur;
- b. realizar o levantamento de inventário e catálogo corporativo de base de dados na sua respectiva unidade;
- c. verificar a nomenclatura das bases catalogadas ou publicadas, para se certificar de que seja idêntica à adotada no PDA MTur;
- d. garantir a qualidade, completude, atualidade e integridade dos dados publicados;
- e. zelar pela proteção dos dados pessoais e/ou sigilosos, quando presentes em suas bases de dados;
- f. catalogar/publicar os conjuntos de dados, observando o uso de linguagem cidadã no título e na sua descrição, inclusive, que expliquem a política pública relacionada aos dados publicados, de modo que sejam de fácil compreensão pelos cidadãos;

- g. verificar, para efeitos de publicação, quando couber, se os dados estão de acordo com os padrões da INDA e INDE;
- h. manter disponíveis e atualizadas os dados e metadados já catalogados, conforme periodicidade definida no PDA;
- i. garantir a proteção de dados pessoais ou sigilosos quando da disponibilização das bases de dados, por meio de mecanismo de conversão de informações pessoais em anônimas;
- j. identificar e propor ao EGDA/MTur, com o apoio da Ouvidoria, por meio do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), alterações ou iniciativas à melhoria de qualidade dos dados disponibilizados, quando couber, e novos conjuntos de dados candidatos a abertura de dados. As propostas deverão ser construídas entre outras possibilidades, a partir das demandas de acesso à informação, registradas por meio do SIC, pela sociedade;
- k. garantir o cumprimento do cronograma de publicação das bases de dados na respectiva unidade;
- l. comunicar ao EGDA/MTur, a suspensão de atualização das bases de dados descontinuadas, justificando o motivo;
- m. contatar a STII, caso se verifique que algum dos arquivos catalogados se tornou indisponível;
- n. registrar chamado à STII, caso ocorram problemas de acesso e uso da ferramenta de catalogação dos dados e caso ocorra instabilidade ou problemas de acesso dos cidadãos aos dados do MTur, no Portal Brasileiro de Dados Abertos (dados.gov.br);
- o. elaborar o dicionário de dados dos seus respectivos conjuntos de dados;
- p. propor alterações ao PDA, ao coordenador do EGDA/MTur, quando couber;
- q. dirimir dúvidas relacionadas às bases de dados de suas respectivas unidades.

Caberá à Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Inovação (STII), assessorar o EGDA/MTur, no que couber, e prestar **suporte tecnológico para a publicação e sustentação dos dados** de competência do MTur.

Governança do PDA MTur



7.2. Melhoria da Qualidade dos Dados

A abertura de dados de um sistema pode seguir várias abordagens. Algumas são focadas em agregar maior valor aos dados, como geolocalização precisa, cruzamento de dados com outras fontes, acarretando mais tempo e investimento. Tais abordagens entregam dados abertos com maior qualidade, mas, por outro lado, privam o cidadão de acesso aos dados por mais tempo, enquanto se espera o processo de abertura. Há outras abordagens mais simples e que entregam dados com menor valor agregado, só que de forma mais rápida, à sociedade.

O Plano de Dados Abertos do MTur segue a premissa das estratégias para abertura de dados, conforme seção V, e procura disponibilizar os dados considerados mais relevantes para a sociedade o mais rápido possível, em formato não proprietário, com a qualidade de conteúdo que os dados apresentarem. Quaisquer limitações de qualidade e formato serão acompanhadas e propostas de melhorias serão feitas, de modo a aprimorar a publicação dos conjuntos de dados e, conseqüentemente, do próprio Plano.

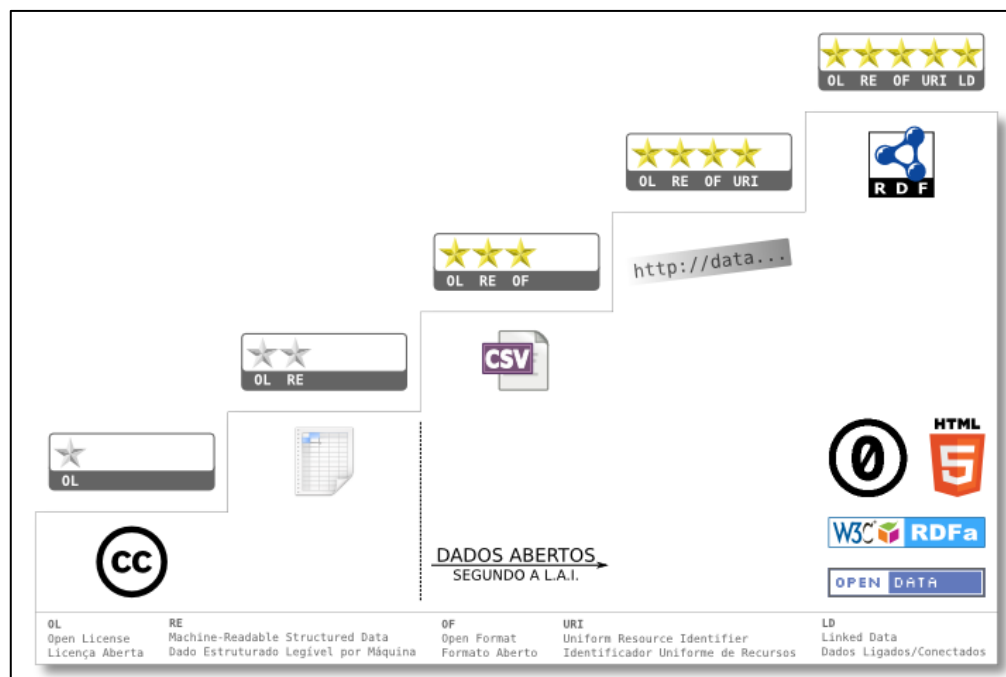
As bases de dados do MTur, incluindo as da SECULT, que já se encontram no Portal Brasileiro de Dados Abertos (dados.gov.br), conforme Anexo I, serão monitoradas visando, quando couber, a melhoria da qualidade e do formato, incluindo, sempre que possível, a respectiva geolocalização.

Neste contexto, os conjuntos de dados que já se encontram publicados no dados.gov.br, serão revisados e atualizados por seus respectivos curadores - servidores indicados pelas unidades administrativas do MTur, a partir do 2º bimestre do início da vigência deste PDA e de forma contínua, visando sua evolução e melhoria.

A Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Inovação (STII) será responsável pela indicação e implantação de ferramentas, visando dar autonomia as unidades detentoras das bases de dados para catalogação e manutenção de seus respectivos conjuntos de dados; e pelo desenvolvimento de soluções de integração que permitam a interface dos sistemas em uso no âmbito do MTur e da SECULT, a fim conferir mais agilidade e fidedignidade a extração dos dados que serão publicados.

A referência para melhoria da qualidade dos dados já catalogados pelo MTur, no Portal Brasileiro de Dados Abertos, se baseará nos padrões estabelecidos pela INDA e INDE, além do modelo de níveis de maturidade de dados proposto por Tim Berners-Lee*.

Na abertura de novos conjuntos de dados deve ser priorizada, sempre que possível, a publicação dos dados em formato não proprietário (CSV), uma vez que os dados somente são considerados abertos, de acordo com os normativos em vigor, se for alcançado, no mínimo, o nível de maturidade 3 estrelas, conforme demonstrado a seguir.



Tim Berners-Lee propõe que cada nova estrela alcançada torna os dados progressivamente mais poderosos e mais fáceis para as pessoas utilizarem.

- ★☆☆☆☆ As coisas estão disponíveis na Web, independente de formato, **sob uma licença aberta** (por exemplo, um documento PDF sob uma licença aberta);
- ★★☆☆☆ A condição anterior e ainda disponibilizar como **dados estruturados legíveis por máquina** (por exemplo, um arquivo Excel ao invés de uma imagem escaneada de uma tabela);
- ★★★☆☆ Todas as anteriores e ainda utilizar um **formato não proprietário** (por exemplo, um arquivo CSV ao invés de um Excel*);
- ★★★★☆ Todas as anteriores e ainda **utilizar URLs bem desenhadas** para identificar as coisas, então as pessoas podem referenciá-las; e
- ★★★★★ Todas anteriores e ainda **ligar seus dados com dados de outras pessoas** para prover contexto

7.3. Sustentação, Comunicação e Participação Social

A institucionalização do Plano de Dados Abertos, sua governança e suas revisões são comunicadas a todo o MTur e à sociedade, por meio de sua página institucional no gov.br (<https://www.gov.br/turismo/pt-br>) e em suas redes sociais, de modo a disseminar a cultura da transparência e solidificar a publicação de dados na rotina do órgão.

Da mesma forma, sempre que ocorrer a atualização de dados ou a inserção de novos, haverá ampla divulgação externa e interna, por meio de ações específicas de comunicação, coordenadas pela **Assessoria Especial de Comunicação Social do Gabinete do Ministro (ASCOM/GM)**.

O cidadão poderá usar a plataforma Fala.BR - Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação (<https://falabr.cgu.gov.br/>), para informar ao Ministério do Turismo sobre problemas técnicos ou inconsistências encontradas nos dados publicados, o que será encaminhado à área responsável para resposta e solução, se for o caso. Os usuários também poderão fazer sugestões para o aperfeiçoamento do Plano de Dados Abertos, por meio deste mesmo canal.

Ressalta-se que, para fins de comunicação, o principal objetivo afeto a este Plano é dar publicidade às ações do Poder Público, por meio do MTur e da SECULT, e estabelecer canais de participação social.

Vale lembrar que o processo de priorização de bases de dados do MTur e da SECULT, contou com a participação da sociedade por meio de consulta pública, cujos resultados podem ser conferidos na seção “V - Dados Seleccionados para Abertura”, deste Plano.

8. PLANOS DE AÇÃO

8.1. Cronograma de elaboração e sustentação do PDA

AÇÃO	RESPONSÁVEIS	PRAZO/META
Definir pontos focais por unidade do MTur	Todas as unidades	outubro/2021
Levantar todas as bases das unidades do MTur	Todas as unidades	dezembro/2021
Realizar Consulta Pública	Coordenação de Análise de Dados e BI (CODBI/CGSIS/STII)	dezembro/2021
Priorizar e listar as bases de dados para abertura	Todas as unidades com bases passíveis de abertura	janeiro/2022
Consolidar o novo Inventário de Bases de Dados unificado do MTur	Coordenação de Análise de Dados e BI (CODBI/CGSIS/STII)	março/2022
Definir as estratégias e cronogramas de publicação, sustentação, divulgação e fomento ao uso dos dados abertos	Todas as unidades com bases passíveis de abertura	março/2022
Revisar e finalizar a minuta do Plano de Dados Abertos - PDA MTur	Coordenação de Análise de Dados e BI (CODBI/CGSIS/STII)	abril/2022
Aprovar e instituir o PDA MTur	Comitê de Governança Digital (CGD/MTur)	junho/2022
Publicar o PDA MTur	Coordenação de Análise de Dados e BI (CODBI/CGSIS/STII) / Assessoria Especial de Comunicação Social do Gabinete do Ministro (ASCOM/GM)	junho/2022
Divulgar a publicação do PDA MTur	Assessoria Especial de Comunicação Social do Gabinete do Ministro (ASCOM/GM)	junho/2022
Capacitar os servidores responsáveis pela curadoria das bases de dados, para implementação do PDA MTur e uso das ferramentas de abertura e sustentação dos dados	Coordenação de Análise de Dados e BI (CODBI/CGSIS/STII)	agosto/2022
Monitoramento, revisão e acompanhamento da execução do PDA MTur	Equipe Gestora de Dados Abertos (EGDA/MTur)	Ao longo da vigência do PDA
Publicar Relatório de Acompanhamento da Execução do PDA MTur	Autoridade de Monitoramento (art. 40, da LAI)	junho/2023
Elaboração de nova edição do PDA MTur	Equipe Gestora de Dados Abertos (EGDA/MTur)	2º semestre/2023
Fim da vigência deste PDA MTur	Equipe Gestora de Dados Abertos (EGDA/MTur)	junho/2024

8.2. Cronograma de abertura de bases:

Id	Nome Da Base De Dados	Descrição Da Base	Frequência de Atualização	Área Responsável	Contato Do Responsável	Meta/ Prazo Para Abertura
1	Contratos de Repasse - SEDEC/ SECULT**	Base de dados que contém informações sobre os contratos de repasse firmados com os proponentes e operacionalizados pela CAIXA (Caixa Econômica Federal), que atua como mandatária do Ministério do Turismo, incluindo a Secretaria Especial da Cultura (SECULT), por meio da Secretaria Nacional de Desenvolvimento Cultural - SEDEC. Todas as operações são realizadas conforme Decreto nº 6.170, de 25/07/2007, que trata das normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse e a Portaria Interministerial nº 507, de 24/11/2011.	MENSAL	Coordenação-Geral de Monitoramento - CGMOT (SEDEC/SECULT/MTUR)	Alexandre Ono convenios.sedec@turismo.gov.br	SETEMBRO/2022
2	Conselho Nacional de Política Cultural - CNPC	Lista de conselheiros que compõem o Conselho Nacional de Política Cultural - CNPC.	TRIEANAL	Coordenação-Geral do Sistema Nacional de Cultura - CGSNC (SECDEC/SECULT/MTUR)	Gabriella Crivellente ou Flávia Mello de Castro cnpc@turismo.gov.br	FEVEREIRO/2023
3	Demanda Turística Internacional Receptiva	Dados obtidos por meio de pesquisa que busca identificar o perfil e gasto dos turistas que visitam o Brasil, por meio da aplicação de questionário em 15 aeroportos internacionais do Brasil e em 10 pontos de fronteira terrestre	ANUAL	Coordenação-Geral de Dados e Informações – CGDI (SGE/SE/MTUR)	Elton Gomes de Medeiros cgdi@turismo.gov.br	MARÇO/2023

4	Biblioteca Demonstrativa do Brasil (BDB)	Informações sobre o acervo da Biblioteca Demonstrativa do Brasil agregadas das interações com os usuários que possibilitará gerar estatísticas de utilização e perfil de consumo de livros e leitura, tanto para a população quanto para formuladores de políticas públicas.	SEMESTRAL	Coordenação do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas - CSNBP (SECDEC/SECULT/MTUR)	Sebastião Lima Filho ou Francisco Chaves (suplente) snbp@turismo.gov.br	MARÇO/2023
5	Cadastro de Bibliotecas Públicas	Informações das bibliotecas públicas cadastradas no Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas - SNBP, que conta com os seguintes dados: cidade onde está localizada; nome da biblioteca; vínculo; endereço; e contatos. A atualização da base é realizada em parceria com os Sistemas Estaduais e Distrital de Bibliotecas Públicas.	ANUAL	Coordenação do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas - CSNBP (SECDEC/SECULT/ MTUR)	Marcus André Chagas Rocha ou Francisco Chaves do Nascimento Neto snbp@turismo.gov.br	MARÇO/2023
6	Conselho Superior de Cinema*	Composição - Lista de conselheiros, titulares e suplentes, que compõem o Conselho Superior do Cinema. O Cidadão terá acesso a composição do Conselho Superior do Cinema, que será atualizada a cada dois anos, conforme designação de novos membros ou recondução dos atuais membros.	BIENAL	Gabinete da Secretaria Nacional do Audiovisual - SNAV (SECULT/MTUR)	Roberto de Sousa Silva gabinetesav@turismo.gov.br se.csc@turismo.gov.br	MARÇO/2023
7	ADS China	Chamada Pública para credenciamento de agências de turismo brasileiras habilitadas a realizar o receptivo de turistas chineses. O cidadão terá acesso à lista de agências credenciadas (razão social e CNPJ) para a recepção de turistas chineses, a qual é	ANUAL	Assessoria Especial de Relações Internacionais - AERI (GM/MTUR)	Gustavo Sousa Torres ou Gabriela Sampieri aeri@turismo.gov.br	MARÇO/2023

		<p>atualizada anualmente por meio de chamada pública realizada entre os meses de novembro e dezembro, para atuação no ano subsequente.</p> <p>*Durante o período de inscrição, divulgado no Diário Oficial da União, as empresas interessadas em se credenciar deverão acessar o endereço: http://www.adschina.turismo.gov.br</p>				
8	Portal de Atração de Investimentos em Turismo	<p>O Portal de Investimentos é um portfólio digital de projetos privados ou abertos ao investimento privado no setor de turismo. As informações contidas nos projetos são cadastradas pelos empreendedores, cabendo ao Ministério do Turismo apenas sua custódia, monitoria e promoção.</p> <p>Ao consultar esta base de dados o usuário encontrará informações referentes aos projetos inscritos no Portal de Investimentos (nome, localização, valor estimado de investimento, número estimado de empregos gerados e categoria do empreendimento).</p>	TRIMESTRAL	Coordenação-Geral de Atração de Investimentos - CGINV (SNAIC/MTUR)	Renata Guimarães Machado Ramos investimento@turismo.gov.br	ABRIL/2023
9	Calendário de Eventos*	<p>É um instrumento de apoio à promoção nacional que divulga os eventos turísticos brasileiros. A ferramenta, disponível no endereço eletrônico www.turismo.gov.br/agenda-eventos, fornece informações sobre o nome do evento, data e local de realização, descrição do evento e categoria (gastronômico, religioso, esportivo,</p>	TRIMESTRAL	Coordenação-Geral de Produtos Turísticos - CGPRO (DIMEC/SNDTUR/MTUR)	Tatiana Petra da Motta Campos ou Greyce Kelly Oliveira produtos@turismo.gov.br	ABRIL/2023

		cultural, cívico, rural, ecoturismo, dentre outros).				
10	Sistema Código de Conduta (CESI)*	<p>O Código de Conduta do Brasil é um incentivo para que empresas e prestadores de serviços turísticos se comprometam com o enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo.</p> <p>Para isso é disponibilizado sistema e base de dados com a lista de empresas e prestadores de serviços turísticos que assumiram os compromissos estabelecidos no Código de Conduta, que adotem uma posição explícita de repúdio à exploração sexual contra crianças e adolescentes em sua política interna e que promovam ações de disseminação de informação e capacitação, de modo que seus funcionários e parceiros comerciais tenham mais esclarecimento sobre o tema e saibam como proceder em casos suspeitos.</p> <p>Assim, os cidadãos podem selecionar empresas comprometidas com a segurança na atividade turística.</p>	TRIMESTRAL	Coordenação-Geral de Turismo Responsável - CGTR (DIMEC/SNDTUR/MTUR)	Lais Campelo Corrêa Torres ou Marcos Filipe Guerra turismo.responsavel@turismo.gov.br	ABRIL/2023
11	Selo Turismo Responsável*	<p>O Selo Turismo Responsável é um incentivo para que empresas e prestadores de serviços turísticos se comprometam com boas práticas de higienização específicas para cada segmento do setor do turismo.</p> <p>Para isso é disponibilizado sistema e base de dados com a lista de empresas e prestadores de serviços turísticos que</p>	TRIMESTRAL	Coordenação-Geral de Turismo Responsável - CGTR (DIMEC/SNDTUR/MTUR)	Lais Campelo Corrêa Torres turismo.responsavel@turismo.gov.br	MAIO/2023

		<p>cumpram protocolos específicos para a prevenção da Covid-19, com o objetivo de diminuir os impactos da pandemia e preparar o setor para um retorno gradual às atividades.</p> <p>Assim, os cidadãos podem selecionar empresas comprometidas com a segurança na atividade turística para que se sintam seguros ao viajar e frequentar locais que cumpram protocolos específicos para a prevenção da Covid-19.</p>				
12	Turismo com Música	<p>Relação de atrações artísticas musicais que podem ser contratadas por ente público (Prefeitura, Governo de Estado, Fundação Pública, dentre outros) que tenha recebido recurso do Ministério do Turismo para realização de eventos turísticos.</p>	MENSAL	<p>Coordenação-Geral de Fomento a Eventos Turísticos - CGFET (DME/SNDTUR / MTUR)</p>	<p>Paulo Marcondes Freitas Silva paulo.freitas@turismo.gov.br</p>	JUNHO/2023

8.3. Cronograma de promoção, fomento, uso e reuso das bases:

PRODUTO	ATIVIDADES	UNIDADE E CONTATO DO RESPONSÁVEL	DATA/PERÍODO
Publicação de matérias e postagens na Internet e redes sociais, sobre a institucionalização do PDA, revisões e demais ações realizadas pelo MTUR, especialmente sobre a disponibilização de novas bases de dados e os seus conteúdos	Publicar matérias e realizar postagens, no sítio institucional e nas redes sociais do MTUR, sempre que forem realizadas ações relacionadas ao PDA e em meses de abertura de novas bases ou atualização de bases de dados.	ASCOM imprensa@turismo.gov.br Equipe Gestora de Dados Abertos (EGDA/MTur) sge@turismo.gov.br	Mês corrente ou subsequente a finalização/entrega do produto
Consulta Pública para avaliação dos dados publicados	Realização de consulta pública para avaliação e contribuição da sociedade sobre as bases de dados publicadas pelo MTUR	Equipe Gestora de Dados Abertos (EGDA/MTur) sge@turismo.gov.br	Março-Abril/2023

ANEXOS

Anexo I - Inventário de bases de dados do órgão

ID	NOME DA BASE DE DADOS	DESCRIÇÃO	UNIDADE RESPONSÁVEL	A BASE ENCONTRA-SE DISPONÍVEL EM DADOS.GOV.BR ?	PERIODICIDADE DE ATUALIZAÇÃO	POLÍTICA PÚBLICA RELACIONADA, QUANDO APLICÁVEL	POSSUI CONTEÚDO SIGILOSO?
1	ADS China*	<p>Chamada Pública para credenciamento de agências de turismo brasileiras habilitadas a realizar o receptivo de turistas chineses.</p> <p>O cidadão terá acesso à lista de agências credenciadas (razão social e CNPJ) para a recepção de turistas chineses, a qual é atualizada anualmente por meio de chamada pública realizada entre os meses de novembro e dezembro, para atuação no ano subsequente.</p> <p>Durante o período de inscrição, divulgado no Diário Oficial da União, as empresas interessadas em se credenciar deverão acessar o endereço: http://www.adschina.turismo.gov.br</p>	Assessoria Especial de Relações Internacionais, do Gabinete do Ministro (AERI/GM/MTur)	NÃO	ANUAL	NÃO	NÃO
2	Agregados do Vale-Cultura	Dados abertos (quantidade e valor) sobre o consumo, trabalhadores, beneficiárias e empresas receptoras, por CNAE, cidade, UF, Região, mês, ano.	Coordenação-Geral do Programa de Cultura do Trabalhador - CGPCT (DFDCT/SEFIC/SECULT/MTUR)	SIM	MENSAL	<p>Programa de Cultura do Trabalhador</p> <p>(Lei nº 12761/2012 e Decreto nº 8084/2013)</p>	NÃO

3	Atendimento ao Turista - Brasil Braços Abertos Instituições/Entidades que apoiam o curso	Dados de Instituições/Entidades que apoiam o curso de Atendimento ao Turista. Trata-se de dados das Instituições/Entidades que corroboraram o Termo de Compromisso, com o intuito de cooperar para o sucesso da política de qualificação no turismo, e gerenciar a oferta do curso em sua região. Basta preencher os dados e celebrar o Termo, acessando o endereço eletrônico: http://bba.turismo.gov.br/representante	Coordenação-Geral de Qualificação do Turismo - CGQT (DEQUA/SNDTUR/MTUR)	SIM	MENSAL	NÃO	NÃO
4	Atendimento ao Turista - Brasil Braços Abertos - Pessoas Qualificada	Dados sobre o quantitativo de pessoas que terminaram o curso de Atendimento ao Turista - Brasil Braços Abertos. Trata-se de curso gratuito e online, voltado a todos os cidadãos, independente do perfil da ocupação, que desejam ampliar seu conhecimento e prestar um excelente atendimento ao turista. Pode ser acessado pelo endereço eletrônico: bba.turismo.gov.br (http://bba.turismo.gov.br/)	Coordenação-Geral de Qualificação do Turismo - CGQT (DEQUA/SNDTUR/MTUR)	SIM	ANUAL	NÃO	NÃO
5	Avaliação da Acessibilidade de Empreendimentos e Atrativos Turísticos Brasileiros	Dados acerca da acessibilidade de empreendimentos e atrativos turísticos do Brasil, conforme avaliação feita por usuários do site e aplicativo Guia Turismo Acessível. Seu objetivo é promover a inclusão social e o acesso de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida à atividade turística, de modo a permitir o alcance e a utilização de serviços, edificações e equipamentos turísticos com segurança e autonomia.	Coordenação-Geral de Turismo Responsável - CGTR	SIM	SEMESTRAL	NÃO	NÃO

6	Biblioteca Demonstrativa do Brasil (BDB)*	Informações sobre o acervo da Biblioteca Demonstrativa do Brasil Maria da Conceição Moreira Salles (BDB), agregadas das interações com os usuários que possibilitará gerar estatísticas de utilização e perfil de consumo de livros e leitura, tanto para a população quanto para formuladores de políticas públicas.	Coordenação do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas - CSNBP (SECDEC/SECULT)	NÃO	ANUAL	Política Nacional de Leitura e Escrita - Lei nº 13.696, de 12/07/2018.	NÃO
7	Cadastro de Bibliotecas Públicas*	Informações das bibliotecas públicas cadastradas no Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas - SNBP, que conta com os seguintes dados: cidade onde está localizada; nome da biblioteca; vínculo; endereço; e contatos. A atualização da base é realizada em parceria com os Sistemas Estaduais e Distrital de Bibliotecas Públicas.	Coordenação do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas - CSNBP (SECDEC/SECULT)	NÃO	ANUAL	Política Nacional de Leitura e Escrita - Lei nº 13.696, de 12/07/2018.	NÃO
8	Calendário de Eventos*	É um instrumento de apoio à promoção nacional que divulga os eventos turísticos brasileiros. A ferramenta, disponível no endereço eletrônico www.turismo.gov.br/agenda-eventos , fornece informações sobre o nome do evento, data e local de realização, descrição do evento e categoria (gastronômico, religioso, esportivo, cultural, cívico, rural, ecoturismo, dentre outros).	Coordenação-Geral de Produtos Turísticos - CGPRO (DIMEC/SNDTUR/MTUR)	NÃO	TRIMESTRAL	NÃO	NÃO
9	Categorização dos Municípios Turísticos	Categorização é um instrumento elaborado pelo Ministério do Turismo para identificar o desempenho da economia do setor nos municípios que constam no Mapa do Turismo Brasileiro. Esse instrumento, previsto como	Coordenação-Geral de Áreas Estratégicas para o Desenvolvimento do Turismo –	SIM	ANUAL	Lei nº 11.771/2008 e	NÃO

		<p>uma estratégia de implementação do Programa de Regionalização do Turismo, permite tomar decisões mais acertadas e implementar políticas que respeitem as peculiaridades dos municípios brasileiros.</p> <p>A categorização foi feita pela equipe do Ministério do Turismo. Devido à quantidade de municípios inseridos nas regiões turísticas do Mapa do Turismo Brasileiro, foram utilizados dados já existentes, disponíveis para todo o Brasil, que pudessem ser atualizados periodicamente e que traduzissem a economia do turismo. A partir daí se chegou a quatro variáveis que foram cruzadas em uma análise de cluster e deram origem a cinco categorias de municípios, denominadas Cluster (A, B, C, D e E).</p> <p>Vale destacar que, no processo de construção da metodologia de categorização, o MTur aproveitou as experiências de vários estados que já haviam desenvolvido instrumentos similares e possibilitou a discussão e a contribuição de órgãos estaduais e municipais de turismo e seus colegiados de assessoramento.</p> <p>Ao acessar os arquivos desta base o usuário poderá consultar os seguintes dados: Região; UF; Região Turística; Município; Cód. IBGE; Quantidade de empregos; Quantidade de estabelecimentos; Quantidade de visitas estimadas internacional; Quantidade de visitas estimadas nacional; Arrecadação; e Cluster.</p>	CGDTUR (SNAIC/MTUR)			Portaria MTUR nº 41, de 24/11/2021.	
--	--	--	------------------------	--	--	-------------------------------------	--

10	Centro de Artes e Esportes Unificados - 1º Balanço do PAC 2015	<p>Empreendimentos pertencentes a Carteira do PAC.</p> <p>Dados do 1º balanço do PAC de 2015 referentes ao período de janeiro a junho de 2015 e fornecem informações sobre os empreendimentos presentes na carteira de projetos do programa.</p> <p>Os dados estão em escala de planejamento e podem ocorrer imprecisões em escala municipal.</p> <p>Fonte: http://dados.gov.br/dataset/obras-do-pac-programa-de-aceleracao-do-crescimento</p>	Gabinete do Secretária Especial de Cultura (SECULT/MTUR)	SIM	NÃO SE APLICA (PGI Desativado)	Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) - 2010/2014	NÃO
11	Chegada de Turistas Internacionais	<p>Dados sobre a chegada de turistas internacionais não residentes ao Brasil</p> <p>Metadados</p> <p>Chegadas de turistas internacionais ao Brasil - a partir de 1989</p> <p>Descrição</p> <p>Reúne dados relativos ao número de chegadas de turistas internacionais ao Brasil, desagregados por países de residência permanente, meses e vias de acesso (aérea, terrestre, marítima ou fluvial).</p> <p>Referência</p> <p>A base de dados é formada por registros administrativos de migração coletados nos postos de fronteira e cedidos ao Ministério do Turismo pelo Departamento de Polícia Federal. Os dados são tratados estatisticamente de acordo com o marco</p>	Coordenação-Geral de Dados e Informações - CGDI (SGE/SE/MTUR)	SIM	ANUAL	NÃO	NÃO

		teórico das Recomendações Internacionais de Estatísticas de Turismo, editadas em 2008, pela Organização Mundial de Turismo - OMT, com o intuito de garantir comparabilidade internacional. Esse processo de tratamento inicia-se com a depuração da base com a exclusão dos tipos de viajantes não incluídos nas estatísticas de turismo, seguida da verificação do enquadramento de cada registro na classificação de turista (visitante que inclui pernoite em sua viagem) e da conversão da variável nacionalidade em país de residência permanente, que se constitui em variável chave das estatísticas de turismo. Ao final tem-se o número de chegadas de turistas internacionais ao Brasil.					
12	Conselho Nacional de Política Cultural - CNPC*	Lista de conselheiros que compõem o Conselho Nacional de Política Cultural O Cidadão terá acesso a composição do Conselho Nacional de Política Cultural - CNPC, a cada três anos, conforme designação de novos membros ou recondução dos atuais membros.	Coordenação-Geral do Sistema Nacional de Cultura - CGSNC (SECDEC/SECULT)	NÃO	TRIENAL	Decreto nº 9.891/2019	NÃO
13	Conselho Superior do Cinema*	Composição - Lista de conselheiros, titulares e suplentes, que compõem o Conselho Superior do Cinema. O Cidadão terá acesso a composição do Conselho Superior do Cinema, que será atualizada a cada dois anos, conforme designação de novos membros ou recondução dos atuais membros.	Gabinete da Secretaria Nacional do Audiovisual - SNAV (SECULT))	NÃO	BIENAL	NÃO	NÃO

14	Contratos Administrativos do Ministério do Turismo	Relação de pagamento das várias modalidades de contratações realizadas pelo Ministério do Turismo, incluindo os da Secretaria Especial da Cultura (SECULT), para aquisição de bens materiais, produtos e serviços para apoio e suporte a Administração.	Coordenação-Geral de Licitação e Contratos - CGLC (CLIC/SPOA/SE/MTUR)	SIM	MENSAL	NÃO	NÃO
15	Contratos de Marketing e Publicidade	Relação dos pagamentos dos contratos de Marketing e Publicidade firmado entre o Ministério do Turismo e empresas do setor - via licitação - para prestações de serviços de interesse da Administração.	Coordenação-Geral de Marketing - CGMK (DME/SNDTUR/MTUR)	SIM	MENSAL	NÃO	NÃO
16	Contratos de Repasse - SEDEC/SECULT*	<p>São instrumentos administrativos em que a transferência dos recursos financeiros se processa por meio de instituição ou agente financeiro público federal.</p> <p>No caso da Secretaria Especial da Cultura (SECULT), do Ministério do Turismo (MTUR), a CAIXA (Caixa Econômica Federal) atua como mandatária da União e é responsável pela operacionalização dos contratos de repasse.</p> <p>Dentre as informações disponibilizadas, destacam-se: número dos contratos celebrados na CAIXA e o número gerado na Plataforma +Brasil; município beneficiado; unidade da federação (UF); objeto do contrato; valor do repasse e da contrapartida; valor empenhado; valor liberado pela CAIXA; percentual de execução; a situação da obra e do contrato. de responsabilidade da SEDEC/SECULT.</p>	Coordenação-Geral de Monitoramento - CGMOT (SEDEC/SECULT)	NÃO	MENSAL	NÃO	NÃO

17	Contratos de Repasse - SNINFRA/MTUR	<p>São instrumentos administrativos em que a transferência dos recursos financeiros se processa por meio de instituição ou agente financeiro público federal. No caso do Ministério do Turismo (MTUR), a CAIXA (Caixa Econômica Federal) atua como mandatária da União e é responsável pela operacionalização dos contratos de repasse.</p> <p>O MTUR desenvolveu o Sistema de Acompanhamento de Contratos de Repasse (SIACOR), que se utiliza da Base de Dados disponibilizada pela CAIXA, com o propósito de acompanhar o andamento dos Contratos de Repasse celebrados com os Estados e Municípios, por intermédio daquela instituição bancária.</p> <p>Dentre as informações disponibilizadas, destacam-se: número dos contratos celebrados na CAIXA e o número gerado na Plataforma +Brasil; município beneficiado; unidade da federação (UF); objeto do contrato; valor do repasse e da contrapartida; valor empenhado; valor liberado pela CAIXA; percentual de execução; a situação da obra e do contrato.</p>	Coordenação-Geral de Acompanhamento e Supervisão de Obras de Infraestrutura Turística - CGAS	SIM	MENSAL	Obs.: Atualização suspensa, temporariamente, visto que o sistema de extração de dados encontra-se em processo de manutenção/atualização.	NÃO	NÃO
18	Convênios	Relação dos convênios firmados entre o Ministério do Turismo (MTur), incluindo a Secretaria Especial da Cultura (SECULT), e órgãos ou entidades da administração pública federal, estadual, municipal ou distrital, direta ou indireta, ou ainda, entidades privadas sem fins lucrativos, visando à execução de	Coordenação Geral de Acompanhamento e Avaliação - CGAAV (SGFT/SE/MTUR)	SIM	MENSAL		NÃO	NÃO

		<p>programa de governo, envolvendo a realização de projeto, atividade, serviço, aquisição de bens ou evento de interesse recíproco, em regime de mútua cooperação.</p> <p>Ao acessar os arquivos desta base o usuário terá acesso aos seguintes dados: nº dos convênios; objeto (dos convênios); valor conveniado; identificação dos convenientes; e UF.</p>					
19	Demanda Turística Internacional Receptiva*	<p>Dados obtidos por meio de pesquisa que busca identificar o perfil e gasto dos turistas que visitam o Brasil, por meio da aplicação de questionário em 15 aeroportos internacionais do Brasil e em 10 pontos de fronteira terrestre.</p> <p>Trata-se de base de dados com informações sobre o perfil de turistas que visitam o Brasil que contempla dados sobre o gasto, tempo médio do turista no país, bem como informações sobre localidades visitadas, fontes de informações sobre o país e avaliação dos destinos visitados.</p>	Coordenação-Geral de Dados e Informações - CGDI (SGE/SE)	NÃO	ANUAL	NÃO	NÃO
20	Emendas Parlamentares	<p>Emendas Parlamentares Individuais indicadas ao Ministério do Turismo.</p> <p>Origem das Informações: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Ministério da Economia - SIOP.</p> <p>As emendas individuais são propostas feitas por cada Deputado Federal ou Senador para o orçamento do governo federal. Assim, cada</p>	Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares e Federativos - ASPAR (GM/MTUR)	SIM	SEMESTRAL	NÃO	NÃO

		parlamentar pode financiar uma obra ou projeto público no seu estado.					
21	Eventos Turísticos	<p>Eventos Turísticos apoiados pelo Ministério do Turismo.</p> <p>Relação de eventos apoiados pelo Ministério do Turismo, contendo: o valor desembolsado; a entidade que recebeu o recurso (ex.: Prefeitura, Secretaria, Fundação); o nome do evento; e, se for o caso, o nome do parlamentar (Deputado ou Senador) que destinou o recurso, por meio de emenda ao Orçamento Geral da União.</p>	Coordenação-Geral de Fomento a Eventos Turísticos - CGFET (DME/SNDTUR/MTUR))	SIM	MENSAL	NÃO	NÃO
22	Filmes e sessões da Programadora Brasil	<p>A Programadora Brasil, criada em 2006, dispõe de um catálogo composto por filmes históricos e contemporâneos, curtas, médias e longas-metragens, de todos os gêneros (animação, documentário, experimental e ficção), que contam histórias do imaginário brasileiro e dos seus autores e que mostram a nossa realidade em seus diversos aspectos; entre os quais programas (DVDs) que contêm títulos com recursos de acessibilidade (closed caption e audiodescrição).</p> <p>A difusão não comercial dos filmes é realizada em espaços administrados por prefeituras e suas secretarias, centros culturais, escolas e universidades, grupos de cinéfilos, empresas, organizações sociais e muitos outros coletivos de todo o país foi fortalecida, contribuindo para promover o encontro do público com o cinema brasileiro, para formar plateias e fomentar o</p>	Coordenação-Geral de Inovação e Infraestrutura Audiovisual - CGIFA (DPAV/SNAV/SECULT/MTUR)	SIM	<p>ANUAL</p> <p>Obs.: Atualmente, a Programadora Brasil está inativa. Os dados publicados possuem caráter histórico, portanto, estão desatualizados. As informações serão atualizadas assim que a iniciativa for reativada.</p>	NÃO	NÃO

		<p>pensamento crítico em torno da produção nacional.</p> <p>Dados Abertos sobre as sessões realizadas, os filmes disponibilizados e o público atingido em cada sessão.</p> <p>Dados Disponíveis</p> <ul style="list-style-type: none"> . Filmes: Lista de obras disponíveis no catálogo do projeto . Sessões: Lista das sessões realizadas, com a informação de público, por sessão, nome e localidade do ponto de exibição . Sessões x Filmes: Lista das sessões realizadas em relação a quantidade de filmes exibidos em cada sessão (uma sessão pode exibir mais de um filme). 					
23	Gestor de Turismo - Instituições/ Entidades que apoiam o curso	<p>Trata-se de dados das Instituições/Entidades que corroboraram o Termo de Compromisso, com o intuito de cooperar para o sucesso da política de qualificação no turismo, e gerenciar a oferta do curso em sua região. Basta preencher os dados e celebrar o Termo, acessando o endereço eletrônico: http://gestor.turismo.gov.br/representante</p>	Coordenação-Geral de Qualificação do Turismo - CGQT (DEQUA/SNDTUR / MTUR)	SIM	MENSAL	NÃO	NÃO
24	Gestor de Turismo - Pessoas qualificadas	<p>Dados sobre o quantitativo de pessoas que terminaram o curso profissionalizante Gestor de Turismo. Trata-se de curso gratuito e online, direcionado a atores institucionais públicos e privados, maiores de 18 anos que atuam na gestão do turismo, além de pessoas que tenham interesse em desempenhar atividades relacionadas ao desenvolvimento</p>	Coordenação-Geral de Qualificação do Turismo - CGQT (DEQUA/SNDTUR / MTUR)	SIM	ANUAL	NÃO	NÃO

		do setor. Pode ser acessado pelo endereço eletrônico: http://gestor.turismo.gov.br/					
25	Indicadores sobre Atração de Investimentos pelo Ministério do Turismo	<p>Série histórica de indicadores dos resultados governamentais relativos à Atração de investimentos pelo Ministério do Turismo. PGI é um repositório de informações estruturadas (indicadores) à feição dos processos de governança para o Governo Federal; ou seja, um repositório de compartilhamento de indicadores de políticas públicas.</p> <p>Atenção: os dados das séries de indicadores são fornecidos por seu valor histórico e não serão mais atualizados após dezembro/2014.</p> <p>Fonte: Plataforma de Gestão de Indicadores (PGI)</p> <p>Sobre o PGI</p> <p>A Plataforma de Gestão de Indicadores (PGI) foi uma ferramenta criada em 2010, no âmbito do projeto I3Gov, para agregar séries de indicadores de gestão a partir de informações prestadas por diversos órgãos federais.</p> <p>Foi desativada no início de 2015 pela Casa Civil da Presidência da República, entretanto, ficou estabelecido que o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão manteria disponíveis os dados históricos que haviam sido cadastrados até dezembro de 2014.</p> <p>Cada grupo de série histórica foi mapeada para um conjunto de dados e cada série de indicadores foi mapeada para um recurso. Os</p>	Coordenação-Geral de Dados e Informações - CGDI (SGE/SE/MTUR)	SIM	NÃO SE APLICA (PGI Desativado)	NÃO	NÃO

		dados são servidos nos formatos XML e JSON pela API do PGI.					
26	Indicadores sobre Incentivo fiscal para projetos culturais	Série histórica de indicadores dos resultados governamentais relativos à Incentivo fiscal para projetos culturais, referentes ao período 2010-2014, por seu valor histórico. Não serão atualizados devido a desativação PGI* no início de 2015.	Gabinete do Secretaria Especial de Cultura (GabSECULT)	SIM	NÃO SE APLICA (PGI Desativado)	NÃO	NÃO
27	Indicadores sobre Pontinhos de Leitura	Série histórica de indicadores dos resultados governamentais relativos à Pontinhos de Leitura, criados e o valor executado ao longo do projeto, referentes ao período 2010-2014, por seu valor histórico. Não serão atualizados devido a desativação PGI* no início de 2015.	Gabinete do Secretaria Especial de Cultura (GabSECULT)	SIM	NÃO SE APLICA (PGI Desativado)	NÃO	NÃO
28	Indicadores sobre Promoção e Apoio a Eventos Nacionais de Turismo	Série histórica de indicadores dos resultados governamentais relativos à Promoção e Apoio a Eventos Nacionais de Turismo. PGI é um repositório de informações estruturadas (indicadores) à feição dos processos de governança para o Governo Federal; ou seja, um repositório de compartilhamento de indicadores de políticas públicas. Atenção: os dados das séries de indicadores são fornecidos por seu valor histórico e não serão mais atualizados após dezembro/2014. Fonte: Plataforma de Gestão de Indicadores (PGI) Sobre o PGI	Coordenação-Geral de Dados e Informações - CGDI (SGE/SE/MTUR)	SIM	NÃO SE APLICA (PGI Desativado)	NÃO	NÃO

		<p>A Plataforma de Gestão de Indicadores (PGI) foi uma ferramenta criada em 2010, no âmbito do projeto I3Gov, para agregar séries de indicadores de gestão a partir de informações prestadas por diversos órgãos federais.</p> <p>Foi desativada no início de 2015 pela Casa Civil da Presidência da República, entretanto, ficou estabelecido que o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão manteria disponíveis os dados históricos que haviam sido cadastrados até dezembro de 2014.</p> <p>Cada grupo de série histórica foi mapeada para um conjunto de dados e cada série de indicadores foi mapeada para um recurso. Os dados são servidos nos formatos XML e JSON pela API do PGI.</p>					
29	Índice de Competitividade do Turismo	<p>Os dados apresentam os resultados do Índice de Competitividade do Turismo Nacional, em nível Brasil e individual, para cada um dos 65 municípios avaliados.</p> <p>O índice permite avaliar e monitorar o nível de competitividade a partir da avaliação das condições da oferta de equipamentos e serviços local, ambiente de negócios e a rede empresarial, as condições da infraestrutura de serviços básicos para receber os visitantes e o seu posicionamento de mercado do destino pesquisado, possibilitando o planejamento por parte dos gestores públicos pelos resultados levantados em suas 13 dimensões,</p>	Coordenação-Geral de Dados e Informações - CGDI (SGE/SE/MTUR)	SIM	<p>ANUAL</p> <p>Obs.: Atualização suspensa, temporariamente, visto que o “Índice de Competitividade do Turismo” encontra-se em processo de revisão.</p>	Política Nacional de Turismo	NÃO

		<p>bem como pela série histórica que se forma desde 2008.</p> <p>O relatório completo com a metodologia e informações detalhadas sobre o estudo e a pesquisa do Índice de Competitividade estão em:</p> <p>http://www.turismo.gov.br/assuntos/5302-%C3%ADndice-de-competitividade-do-turismo-nacional.html</p>					
30	Licitações	<p>Licitações realizadas pelo Ministério do Turismo para aquisição de materiais, produtos e serviços para apoio e suporte a Administração.</p>	<p>Coordenação-Geral de Licitação e Contratos - CGLC (CLIC/SPOA/SE/MTUR)</p>	SIM	MENSAL	NÃO	NÃO
31	Mapa da Cultura	<p>O Mapa da Cultura é um espaço para integrar e dar visibilidade para projetos, artistas, espaços, eventos culturais e seus produtores. Ele é a principal base de informações e indicadores do Ministério da Cultura, se constituindo o pilar principal do SNIIC.</p> <p>Neste mapa estão reunidas informações do antigo Registro Aberto da Cultura - RAC, da Rede Cultura Viva, do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas - SNBP e do Cadastro Nacional de Museus.</p> <p>O formato padrão dos arquivos é JSON, mas é possível consultar outros formatos utilizando o parâmetro @type na URL, por exemplo uma consulta cujo formato de resposta será HTML:</p>	<p>Chefia de Gabinete da SECDEC (SECULT/MTUR)</p>	SIM	<p>ANUAL</p> <p>Obs.: Atualização suspensa, temporariamente, visto que o “Índice de Competitividade do Turismo” encontra-se em processo de revisão.</p>	NÃO	NÃO

PLANO DE DADOS ABERTOS

		http://mapas.cultura.gov.br/api/space/find? @select=id,name&@type=html Os formatos disponíveis (e texto para incluir após o parâmetro @type) são: html; json; e excel.					
32	Mapa das Bibliotecas Públicas	<p>O Mapa das Bibliotecas é uma das peças do Cadastro Nacional de Bibliotecas e está voltado para a difusão e promoção das bibliotecas brasileiras, a fim de reunir informações sobre todos os tipos de bibliotecas, especialmente, as públicas e comunitárias.</p> <p>O formato padrão dos arquivos é JSON, mas é possível consultar outros formatos utilizando o parâmetro @type na URL, por exemplo uma consulta cujo formato de resposta será HTML: http://bibliotecas.cultura.gov.br/api/space/find?@select=id,name&@type=html</p> <p>Os formatos disponíveis (e texto para incluir após o parâmetro @type) são: html; json; e excel.</p> <p>Esse conjunto de dados é um recorte do Mapa da Cultura que recupera somente as informações das bibliotecas. Para todos os dados consulte o dataset Mapa da Cultura.</p>	Coordenação-Geral do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas - CGSNBP (DLLLLB/SECDEC/SECULT/MTUR)	SIM	ANUAL Obs.: Atualização suspensa, temporariamente, visto que o “Índice de Competitividade do Turismo” encontra-se em processo de revisão.	Política Nacional de Leitura e Escrita (Lei nº 13.696, de 12/07/2018)	NÃO
33	Mapa do Turismo Brasileiro	O Mapa do Turismo Brasileiro é instituído pela Portaria Ministerial nº 41, de 24/11/2021, que consolida e atualiza as normas sobre o Programa de Regionalização do Turismo, a Categorização dos Municípios do Mapa do Turismo Brasileiro e o Mapa do Turismo	Coordenação-Geral de Áreas Estratégicas para o Desenvolvimento	SIM	ANUAL	Lei nº 11.771/2008 e	NÃO

		<p>Brasileiro, além de estabelecer os critérios, as orientações, os compromissos, os procedimentos e os prazos para a composição.</p> <p>É o Mapa do Turismo Brasileiro que define o recorte territorial que deve ser trabalhado prioritariamente pelo Ministério.</p> <p>É um instrumento de ordenamento e auxilia tanto o Governo Federal, quanto os Estados no desenvolvimento das políticas públicas para o turismo.</p>	do Turismo - CGDTUR (SNAIC/MTUR)			Portaria MTUR nº 41, de 24/11/2021.	
34	Pontos de Cultura - Rede Cultura Viva	<p>Dados abertos da plataforma Rede Cultura Viva</p> <p>A Rede Cultura Viva é o conjunto de Pontos e Pontões de Cultura, organizações governamentais e não governamentais, lideranças, gestores, coletivos, grupos, povos e comunidades tradicionais, iniciativas urbanas e rurais, movimentos artísticos, culturais e socioeducativo, coletivos e redes, que atuam pela promoção e fortalecimento da cultura.</p> <p>A autodeclaração de entidades e coletivos culturais como pontos ou pontões de cultura deverá ser iniciativa da sociedade civil, e cabe a Secretaria Especial da Cultura, estados e municípios oferecerem estímulo, apoio e instrumentos para que, a partir desta iniciativa de autodeclaração, as entidades e coletivos possam ser certificados e reconhecidos como pontos ou pontões de</p>	<p>Coordenação-Geral da Política Nacional de Cultura Viva - CGPNCV (DEDIC/SECDEC/SECULT/MTUR)</p>	SIM	MENSAL	<p>Política Nacional de Cultura Viva</p> <p>(Instrução Normativa nº 08 de 08/05/2016, e Lei Cultura Viva nº 13.018, de 22/07/2014)</p>	NÃO

		<p>cultura, conforme previsto na Lei Cultura Viva e em sua regulamentação.</p> <p>A plataforma Rede Cultura Viva é a interface digital do Cadastro Nacional dos Pontos e Pontões de Cultura, responsável pelo registro, identificação, reconhecimento, divulgação, georreferenciamento, comunicação, interação e articulação da Rede Cultura Viva, instrumento previsto na Lei Cultura Viva. A Certificação Simplificada como Ponto ou Pontão de Cultura, através da Plataforma Rede Cultura Viva, será um processo seletivo simplificado, aberto permanentemente em fluxo contínuo, destinado ao reconhecimento de entidades e coletivos culturais como Pontos ou Pontões de Cultura.</p> <p>O formato padrão dos arquivos é JSON, mas é possível consultar outros formatos utilizando o parâmetro @type na URL, por exemplo uma consulta cujo formato de resposta será HTML: http://culturaviva.gov.br/api/space/find?@select=id,name&@type=html</p> <p>Os formatos disponíveis (e texto para incluir após o parâmetro @type) são: HTML; JSON; e Excel.</p>					
35	Portal de Atração de Investimentos em Turismo*	<p>O Portal de Investimentos é um portfólio digital de projetos privados ou abertos ao investimento privado no setor de turismo. As informações contidas nos projetos são cadastradas pelos empreendedores, cabendo</p>	<p>Coordenação-Geral de Atração de Investimentos - CGINV (SNAIC/MTUR)</p>	NÃO	TRIMESTRAL	NÃO	NÃO

		<p>ao Ministério do Turismo apenas sua custódia, monitoria e promoção.</p> <p>As informações a serem disponibilizadas dizem respeito aos projetos (Nome, localização, valor estimado de investimento, número estimado de empregos gerados, categoria do empreendimento).</p>					
36	Pracinhas da Cultura	<p>As Pracinhas da Cultura - nomenclatura conforme Portaria nº 15, de 10/05/2021, ao então programa “CEUs - Centros de Esportes e Artes Unificados do Brasil”, integram num mesmo espaço programas e ações culturais, práticas esportivas e de lazer, formação e qualificação para o mercado de trabalho, serviços socioassistenciais, políticas de prevenção à violência e de inclusão digital, para promover a cidadania em territórios de alta vulnerabilidade social das cidades brasileiras.</p> <p>A modificação no texto original do programa se deu com o intuito de deixar o texto mais acessível para a compreensão do programa pelos cidadãos.</p> <p>A partir do monitoramento regular das Pracinhas é possível consultar os dados das Pracinhas relativo à sua extensão, gestores, data de inauguração a partir da inserção dessas informações na plataforma “ePraças” pelos gestores.</p> <p>As informações sobre as Pracinhas serão obtidas a partir do ePraças - sistema de transparência e divulgação das Pracinhas da</p>	<p>Coordenação-Geral de Gestão Compartilhada - CGGEC (SEDEC/SECULT/MTUR))</p>	SIM	SEMESTRAL	NÃO	NÃO

		Cultura; Portal Institucional da Política; e Documentos da API.					
37	Prestadores de serviços turísticos - Acampamentos Turísticos	<p>Trata-se do cadastro de Pessoas Físicas e Jurídicas que atuam no setor de turismo (Lei 8.623/93 e Lei 11.771/2008). O Cadastro é obrigatório para os acampamentos turísticos, agências de turismo, guias de turismo, parques temáticos, organizadoras de eventos, meios de hospedagem e transportadoras turísticas e opcional para os restaurantes, cafeterias, bares e similares, parques aquáticos e empreendimentos de lazer, locadoras de veículos para turistas, prestadoras especializadas em segmentos turísticos, casas de espetáculos, empreendimentos de apoio ao turismo náutico ou à pesca desportiva, prestadores de infraestrutura para eventos e centros de convenções.</p> <p>Reúne dados dos prestadores de serviços turísticos cadastrados no Ministério do Turismo desde o ano de 2008. O certificado de cadastro tem validade de cinco anos para as pessoas físicas (guias de turismo) e de dois anos para as pessoas jurídicas (obrigatórias ou opcionais), portanto, os relatórios disponibilizados anteriormente ao ano de 2016 servem apenas para fins consultivos, não atestando a regularidade cadastral dos prestadores. Maiores esclarecimentos, contatar o órgão de turismo da sua UF responsável pelo cadastramento (lista</p>	Coordenação de Apoio a Formalização - CFOC (CGST/DEQUA/SNDTUR/MTUR)	SIM	TRIMESTRAL	NÃO	NÃO

		disponível no site www.cadastur.turismo.gov.br) ou a Coordenação-Geral de Cadastramento e Fiscalização de Prestadores Serviços Turísticos (MTur).					
38	Prestadores de serviços turísticos - Agências de Turismo	<p>Trata-se do cadastro de Pessoas Físicas e Jurídicas que atuam no setor de turismo (Lei 8.623/93 e Lei 11.771/2008). O Cadastro é obrigatório para os acampamentos turísticos, agências de turismo, guias de turismo, parques temáticos, organizadoras de eventos, meios de hospedagem e transportadoras turísticas e opcional para os restaurantes, cafeterias, bares e similares, parques aquáticos e empreendimentos de lazer, locadoras de veículos para turistas, prestadoras especializadas em segmentos turísticos, casas de espetáculos, empreendimentos de apoio ao turismo náutico ou à pesca desportiva, prestadores de infraestrutura para eventos e centros de convenções.</p> <p>Reúne dados dos prestadores de serviços turísticos cadastrados no Ministério do Turismo desde o ano de 2008. O certificado de cadastro tem validade de cinco anos para as pessoas físicas (guias de turismo) e de dois anos para as pessoas jurídicas (obrigatórias ou opcionais), portanto, os relatórios disponibilizados anteriormente ao ano de 2016 servem apenas para fins consultivos, não atestando a regularidade cadastral dos</p>	Coordenação de Apoio a Formalização - CFOC (CGST/DEQUA/SNDTUR/MTUR)	SIM	TRIMESTRAL	NÃO	NÃO

		prestadores. Maiores esclarecimentos, contatar o órgão de turismo da sua UF responsável pelo cadastramento (lista disponível no site www.cadastur.turismo.gov.br) ou a Coordenação-Geral de Cadastramento e Fiscalização de Prestadores Serviços Turísticos (MTur).					
39	Prestadores de serviços turísticos - Casas de Espetáculos e Equipamentos de Animação Turística	<p>Trata-se do cadastro de Pessoas Físicas e Jurídicas que atuam no setor de turismo (Lei 8.623/93 e Lei 11.771/2008). O Cadastro é obrigatório para os acampamentos turísticos, agências de turismo, guias de turismo, parques temáticos, organizadoras de eventos, meios de hospedagem e transportadoras turísticas e opcional para os restaurantes, cafeterias, bares e similares, parques aquáticos e empreendimentos de lazer, locadoras de veículos para turistas, prestadoras especializadas em segmentos turísticos, casas de espetáculos, empreendimentos de apoio ao turismo náutico ou à pesca desportiva, prestadores de infraestrutura para eventos e centros de convenções.</p> <p>Reúne dados dos prestadores de serviços turísticos cadastrados no Ministério do Turismo desde o ano de 2008. O certificado de cadastro tem validade de cinco anos para as pessoas físicas (guias de turismo) e de dois anos para as pessoas jurídicas (obrigatórias ou opcionais), portanto, os relatórios</p>	Coordenação de Apoio a Formalização - CFOC (CGST/DEQUA/SNDTUR/MTUR)	SIM	TRIMESTRAL	NÃO	NÃO

		<p>disponibilizados anteriormente ao ano de 2016 servem apenas para fins consultivos, não atestando a regularidade cadastral dos prestadores. Maiores esclarecimentos, contatar o órgão de turismo da sua UF responsável pelo cadastramento (lista disponível no site www.cadastur.turismo.gov.br) ou a Coordenação-Geral de Cadastramento e Fiscalização de Prestadores Serviços Turísticos (MTur).</p>					
40	Prestadores de serviços turísticos - Centro de Convenções	<p>Trata-se do cadastro de Pessoas Físicas e Jurídicas que atuam no setor de turismo (Lei 8.623/93 e Lei 11.771/2008). O Cadastro é obrigatório para os acampamentos turísticos, agências de turismo, guias de turismo, parques temáticos, organizadoras de eventos, meios de hospedagem e transportadoras turísticas e opcional para os restaurantes, cafeterias, bares e similares, parques aquáticos e empreendimentos de lazer, locadoras de veículos para turistas, prestadoras especializadas em segmentos turísticos, casas de espetáculos, empreendimentos de apoio ao turismo náutico ou à pesca desportiva, prestadores de infraestrutura para eventos e centros de convenções.</p> <p>Reúne dados dos prestadores de serviços turísticos cadastrados no Ministério do Turismo desde o ano de 2008. O certificado de cadastro tem validade de cinco anos para as</p>	<p>Coordenação de Apoio a Formalização - CFOC (CGST/DEQUA/SNDTUR/MTUR)</p>	SIM	TRIMESTRAL	NÃO	NÃO

		<p> pessoas físicas (guias de turismo) e de dois anos para as pessoas jurídicas (obrigatórias ou opcionais), portanto, os relatórios disponibilizados anteriormente ao ano de 2016 servem apenas para fins consultivos, não atestando a regularidade cadastral dos prestadores. Maiores esclarecimentos, contatar o órgão de turismo da sua UF responsável pelo cadastramento (lista disponível no site www.cadastur.turismo.gov.br) ou a Coordenação-Geral de Cadastramento e Fiscalização de Prestadores Serviços Turísticos (MTur). </p>					
41	Prestadores de serviços turísticos - Empreendimentos de Apoio ao Turismo Náutico ou à Pesca Desportiva	<p> Trata-se do cadastro de Pessoas Físicas e Jurídicas que atuam no setor de turismo (Lei 8.623/93 e Lei 11.771/2008). O Cadastro é obrigatório para os acampamentos turísticos, agências de turismo, guias de turismo, parques temáticos, organizadoras de eventos, meios de hospedagem e transportadoras turísticas e opcional para os restaurantes, cafeterias, bares e similares, parques aquáticos e empreendimentos de lazer, locadoras de veículos para turistas, prestadoras especializadas em segmentos turísticos, casas de espetáculos, empreendimentos de apoio ao turismo náutico ou à pesca desportiva, prestadores de infraestrutura para eventos e centros de convenções. </p>	Coordenação de Apoio a Formalização - CFOC (CGST/DEQUA/SNDTUR/MTUR)	SIM	TRIMESTRAL	NÃO	NÃO

		<p>Reúne dados dos prestadores de serviços turísticos cadastrados no Ministério do Turismo desde o ano de 2008. O certificado de cadastro tem validade de cinco anos para as pessoas físicas (guias de turismo) e de dois anos para as pessoas jurídicas (obrigatórias ou opcionais), portanto, os relatórios disponibilizados anteriormente ao ano de 2016 servem apenas para fins consultivos, não atestando a regularidade cadastral dos prestadores. Maiores esclarecimentos, contatar o órgão de turismo da sua UF responsável pelo cadastramento (lista disponível no site www.cadastur.turismo.gov.br) ou a Coordenação-Geral de Cadastramento e Fiscalização de Prestadores Serviços Turísticos (MTur).</p>					
42	<p>Prestadores de serviços turísticos - Empreendimentos de Entretenimento e Lazer e Parques Aquáticos</p>	<p>Trata-se do cadastro de Pessoas Físicas e Jurídicas que atuam no setor de turismo (Lei 8.623/93 e Lei 11.771/2008). O Cadastro é obrigatório para os acampamentos turísticos, agências de turismo, guias de turismo, parques temáticos, organizadoras de eventos, meios de hospedagem e transportadoras turísticas e opcional para os restaurantes, cafeterias, bares e similares, parques aquáticos e empreendimentos de lazer, locadoras de veículos para turistas, prestadoras especializadas em segmentos turísticos, casas de espetáculos, empreendimentos de apoio ao turismo náutico ou à pesca desportiva, prestadores de</p>	<p>Coordenação de Apoio a Formalização - CFOC (CGST/DEQUA/SNDTUR/MTUR)</p>	SIM	TRIMESTRAL	NÃO	NÃO

		<p>infraestrutura para eventos e centros de convenções.</p> <p>Reúne dados dos prestadores de serviços turísticos cadastrados no Ministério do Turismo desde o ano de 2008. O certificado de cadastro tem validade de cinco anos para as pessoas físicas (guias de turismo) e de dois anos para as pessoas jurídicas (obrigatórias ou opcionais), portanto, os relatórios disponibilizados anteriormente ao ano de 2016 servem apenas para fins consultivos, não atestando a regularidade cadastral dos prestadores. Maiores esclarecimentos, contatar o órgão de turismo da sua UF responsável pelo cadastramento (lista disponível no site www.cadastur.turismo.gov.br) ou a Coordenação-Geral de Cadastramento e Fiscalização de Prestadores Serviços Turísticos (MTur).</p>					
43	Prestadores de serviços turísticos - Guias de Turismo	<p>Trata-se do cadastro de Pessoas Físicas e Jurídicas que atuam no setor de turismo (Lei 8.623/93 e Lei 11.771/2008). O Cadastro é obrigatório para os acampamentos turísticos, agências de turismo, guias de turismo, parques temáticos, organizadoras de eventos, meios de hospedagem e transportadoras turísticas e opcional para os restaurantes, cafeterias, bares e similares, parques aquáticos e empreendimentos de lazer, locadoras de veículos para turistas, prestadoras especializadas em segmentos</p>	<p>Coordenação de Apoio a Formalização - CFOC (CGST/DEQUA/SNDTUR/MTUR)</p>	SIM	TRIMESTRAL	NÃO	NÃO

		<p>turísticos, casas de espetáculos, empreendimentos de apoio ao turismo náutico ou à pesca desportiva, prestadores de infraestrutura para eventos e centros de convenções.</p> <p>Reúne dados dos prestadores de serviços turísticos cadastrados no Ministério do Turismo desde o ano de 2008. O certificado de cadastro tem validade de cinco anos para as pessoas físicas (guias de turismo) e de dois anos para as pessoas jurídicas (obrigatórias ou opcionais), portanto, os relatórios disponibilizados anteriormente ao ano de 2016 servem apenas para fins consultivos, não atestando a regularidade cadastral dos prestadores. Maiores esclarecimentos, contatar o órgão de turismo da sua UF responsável pelo cadastramento (lista disponível no site www.cadastur.turismo.gov.br) ou a Coordenação-Geral de Cadastramento e Fiscalização de Prestadores Serviços Turísticos (MTur).</p>					
44	Prestadores de serviços turísticos - Locadoras de Veículos	<p>Trata-se do cadastro de Pessoas Físicas e Jurídicas que atuam no setor de turismo (Lei 8.623/93 e Lei 11.771/2008). O Cadastro é obrigatório para os acampamentos turísticos, agências de turismo, guias de turismo, parques temáticos, organizadoras de eventos, meios de hospedagem e transportadoras turísticas e opcional para os restaurantes, cafeterias, bares e similares, parques</p>	<p>Coordenação de Apoio a Formalização - CFOC (CGST/DEQUA/SNDTUR/MTUR)</p>	SIM	TRIMESTRAL	NÃO	NÃO

		<p>aquáticos e empreendimentos de lazer, locadoras de veículos para turistas, prestadoras especializadas em segmentos turísticos, casas de espetáculos, empreendimentos de apoio ao turismo náutico ou à pesca desportiva, prestadores de infraestrutura para eventos e centros de convenções.</p> <p>Reúne dados dos prestadores de serviços turísticos cadastrados no Ministério do Turismo desde o ano de 2008. O certificado de cadastro tem validade de cinco anos para as pessoas físicas (guias de turismo) e de dois anos para as pessoas jurídicas (obrigatórias ou opcionais), portanto, os relatórios disponibilizados anteriormente ao ano de 2016 servem apenas para fins consultivos, não atestando a regularidade cadastral dos prestadores. Maiores esclarecimentos, contatar o órgão de turismo da sua UF responsável pelo cadastramento (lista disponível no site www.cadastur.turismo.gov.br) ou a Coordenação-Geral de Cadastramento e Fiscalização de Prestadores Serviços Turísticos (MTur).</p>					
45	Prestadores de serviços turísticos - Meios de Hospedagem	<p>Trata-se do cadastro de Pessoas Físicas e Jurídicas que atuam no setor de turismo (Lei 8.623/93 e Lei 11.771/2008). O Cadastro é obrigatório para os acampamentos turísticos, agências de turismo, guias de turismo, parques temáticos, organizadoras de eventos,</p>	<p>Coordenação de Apoio a Formalização - CFOC (CGST/DEQUA/SNDTUR/MTUR)</p>	SIM	TRIMESTRAL	NÃO	NÃO

		<p>meios de hospedagem e transportadoras turísticas e opcional para os restaurantes, cafeterias, bares e similares, parques aquáticos e empreendimentos de lazer, locadoras de veículos para turistas, prestadoras especializadas em segmentos turísticos, casas de espetáculos, empreendimentos de apoio ao turismo náutico ou à pesca desportiva, prestadores de infraestrutura para eventos e centros de convenções.</p> <p>Reúne dados dos prestadores de serviços turísticos cadastrados no Ministério do Turismo desde o ano de 2008. O certificado de cadastro tem validade de cinco anos para as pessoas físicas (guias de turismo) e de dois anos para as pessoas jurídicas (obrigatórias ou opcionais), portanto, os relatórios disponibilizados anteriormente ao ano de 2016 servem apenas para fins consultivos, não atestando a regularidade cadastral dos prestadores. Maiores esclarecimentos, contatar o órgão de turismo da sua UF responsável pelo cadastramento (lista disponível no site www.cadastur.turismo.gov.br) ou a Coordenação-Geral de Cadastramento e Fiscalização de Prestadores Serviços Turísticos (MTur).</p>					
--	--	--	--	--	--	--	--

46	Prestadores de serviços turísticos - Organizadoras de Eventos	<p>Trata-se do cadastro de Pessoas Físicas e Jurídicas que atuam no setor de turismo (Lei 8.623/93 e Lei 11.771/2008). O Cadastro é obrigatório para os acampamentos turísticos, agências de turismo, guias de turismo, parques temáticos, organizadoras de eventos, meios de hospedagem e transportadoras turísticas e opcional para os restaurantes, cafeterias, bares e similares, parques aquáticos e empreendimentos de lazer, locadoras de veículos para turistas, prestadoras especializadas em segmentos turísticos, casas de espetáculos, empreendimentos de apoio ao turismo náutico ou à pesca desportiva, prestadores de infraestrutura para eventos e centros de convenções.</p> <p>Reúne dados dos prestadores de serviços turísticos cadastrados no Ministério do Turismo desde o ano de 2008. O certificado de cadastro tem validade de cinco anos para as pessoas físicas (guias de turismo) e de dois anos para as pessoas jurídicas (obrigatórias ou opcionais), portanto, os relatórios disponibilizados anteriormente ao ano de 2016 servem apenas para fins consultivos, não atestando a regularidade cadastral dos prestadores. Maiores esclarecimentos, contatar o órgão de turismo da sua UF responsável pelo cadastramento (lista disponível no site www.cadastur.turismo.gov.br) ou a Coordenação-Geral de Cadastramento e</p>	Coordenação de Apoio a Formalização - CFOC (CGST/DEQUA/ SNTUR/MTUR)	SIM	TRIMESTRAL	NÃO	NÃO
----	---	--	---	-----	------------	-----	-----

		Fiscalização de Prestadores Serviços Turísticos (MTur).					
47	Prestadores de serviços turísticos - Parques Temáticos	<p>Trata-se do cadastro de Pessoas Físicas e Jurídicas que atuam no setor de turismo (Lei 8.623/93 e Lei 11.771/2008). O Cadastro é obrigatório para os acampamentos turísticos, agências de turismo, guias de turismo, parques temáticos, organizadoras de eventos, meios de hospedagem e transportadoras turísticas e opcional para os restaurantes, cafeterias, bares e similares, parques aquáticos e empreendimentos de lazer, locadoras de veículos para turistas, prestadoras especializadas em segmentos turísticos, casas de espetáculos, empreendimentos de apoio ao turismo náutico ou à pesca desportiva, prestadores de infraestrutura para eventos e centros de convenções.</p> <p>Reúne dados dos prestadores de serviços turísticos cadastrados no Ministério do Turismo desde o ano de 2008. O certificado de cadastro tem validade de cinco anos para as pessoas físicas (guias de turismo) e de dois anos para as pessoas jurídicas (obrigatórias ou opcionais), portanto, os relatórios disponibilizados anteriormente ao ano de 2016 servem apenas para fins consultivos, não atestando a regularidade cadastral dos prestadores. Maiores esclarecimentos, contatar o órgão de turismo da sua UF responsável pelo cadastramento (lista</p>	Coordenação de Apoio a Formalização - CFOC (CGST/DEQUA/ SNTUR/MTUR)	SIM	TRIMESTRAL	NÃO	NÃO

		disponível no site www.cadastur.turismo.gov.br) ou a Coordenação-Geral de Cadastramento e Fiscalização de Prestadores Serviços Turísticos (MTur).					
48	Prestador de Serviços de Infraestrutura de Apoio a Eventos	<p>Trata-se do cadastro de Pessoas Físicas e Jurídicas que atuam no setor de turismo (Lei 8.623/93 e Lei 11.771/2008). O Cadastro é obrigatório para os acampamentos turísticos, agências de turismo, guias de turismo, parques temáticos, organizadoras de eventos, meios de hospedagem e transportadoras turísticas e opcional para os restaurantes, cafeterias, bares e similares, parques aquáticos e empreendimentos de lazer, locadoras de veículos para turistas, prestadoras especializadas em segmentos turísticos, casas de espetáculos, empreendimentos de apoio ao turismo náutico ou à pesca desportiva, prestadores de infraestrutura para eventos e centros de convenções.</p> <p>Reúne dados dos prestadores de serviços turísticos cadastrados no Ministério do Turismo desde o ano de 2008. O certificado de cadastro tem validade de cinco anos para as pessoas físicas (guias de turismo) e de dois anos para as pessoas jurídicas (obrigatórias ou opcionais), portanto, os relatórios disponibilizados anteriormente ao ano de 2016 servem apenas para fins consultivos, não atestando a regularidade cadastral dos</p>	Coordenação de Apoio a Formalização - CFOC (CGST/DEQUA/SNDTUR/MTUR)	SIM	TRIMESTRAL	NÃO	NÃO

		prestadores. Maiores esclarecimentos, contatar o órgão de turismo da sua UF responsável pelo cadastramento (lista disponível no site www.cadastur.turismo.gov.br) ou a Coordenação-Geral de Cadastramento e Fiscalização de Prestadores Serviços Turísticos (MTur).					
49	Prestadores de serviços turísticos - Prestadores Especializados em Segmentos Turísticos	<p>Trata-se do cadastro de Pessoas Físicas e Jurídicas que atuam no setor de turismo (Lei 8.623/93 e Lei 11.771/2008). O Cadastro é obrigatório para os acampamentos turísticos, agências de turismo, guias de turismo, parques temáticos, organizadoras de eventos, meios de hospedagem e transportadoras turísticas e opcional para os restaurantes, cafeterias, bares e similares, parques aquáticos e empreendimentos de lazer, locadoras de veículos para turistas, prestadoras especializadas em segmentos turísticos, casas de espetáculos, empreendimentos de apoio ao turismo náutico ou à pesca desportiva, prestadores de infraestrutura para eventos e centros de convenções.</p> <p>Reúne dados dos prestadores de serviços turísticos cadastrados no Ministério do Turismo desde o ano de 2008. O certificado de cadastro tem validade de cinco anos para as pessoas físicas (guias de turismo) e de dois anos para as pessoas jurídicas (obrigatórias ou opcionais), portanto, os relatórios</p>	Coordenação de Apoio a Formalização - CFOC (CGST/DEQUA/SNDTUR/MTUR)	SIM	TRIMESTRAL	NÃO	NÃO

		<p>disponibilizados anteriormente ao ano de 2016 servem apenas para fins consultivos, não atestando a regularidade cadastral dos prestadores. Maiores esclarecimentos, contatar o órgão de turismo da sua UF responsável pelo cadastramento (lista disponível no site www.cadastur.turismo.gov.br) ou a Coordenação-Geral de Cadastramento e Fiscalização de Prestadores Serviços Turísticos (MTur).</p>					
50	<p>Prestadores de serviços turísticos - Restaurantes, Cafeterias e Bares</p>	<p>Trata-se do cadastro de Pessoas Físicas e Jurídicas que atuam no setor de turismo (Lei 8.623/93 e Lei 11.771/2008). O Cadastro é obrigatório para os acampamentos turísticos, agências de turismo, guias de turismo, parques temáticos, organizadoras de eventos, meios de hospedagem e transportadoras turísticas e opcional para os restaurantes, cafeterias, bares e similares, parques aquáticos e empreendimentos de lazer, locadoras de veículos para turistas, prestadoras especializadas em segmentos turísticos, casas de espetáculos, empreendimentos de apoio ao turismo náutico ou à pesca desportiva, prestadores de infraestrutura para eventos e centros de convenções.</p> <p>Reúne dados dos prestadores de serviços turísticos cadastrados no Ministério do Turismo desde o ano de 2008. O certificado de cadastro tem validade de cinco anos para as</p>	<p>Coordenação de Apoio a Formalização - CFOC (CGST/DEQUA/SNDTUR/MTUR)</p>	SIM	TRIMESTRAL	NÃO	NÃO

		<p> pessoas físicas (guias de turismo) e de dois anos para as pessoas jurídicas (obrigatórias ou opcionais), portanto, os relatórios disponibilizados anteriormente ao ano de 2016 servem apenas para fins consultivos, não atestando a regularidade cadastral dos prestadores. Maiores esclarecimentos, contatar o órgão de turismo da sua UF responsável pelo cadastramento (lista disponível no site www.cadastur.turismo.gov.br) ou a Coordenação-Geral de Cadastramento e Fiscalização de Prestadores Serviços Turísticos (MTur). </p>					
51	Prestadores de serviços turísticos - Transportadoras Turísticas	<p> Trata-se do cadastro de Pessoas Físicas e Jurídicas que atuam no setor de turismo (Lei 8.623/93 e Lei 11.771/2008). O Cadastro é obrigatório para os acampamentos turísticos, agências de turismo, guias de turismo, parques temáticos, organizadoras de eventos, meios de hospedagem e transportadoras turísticas e opcional para os restaurantes, cafeterias, bares e similares, parques aquáticos e empreendimentos de lazer, locadoras de veículos para turistas, prestadoras especializadas em segmentos turísticos, casas de espetáculos, empreendimentos de apoio ao turismo náutico ou à pesca desportiva, prestadores de infraestrutura para eventos e centros de convenções. </p>	<p> Coordenação de Apoio a Formalização - CFOC (CGST/DEQUA/SNDTUR/MTUR) </p>	SIM	TRIMESTRAL	NÃO	NÃO

		<p>Reúne dados dos prestadores de serviços turísticos cadastrados no Ministério do Turismo desde o ano de 2008. O certificado de cadastro tem validade de cinco anos para as pessoas físicas (guias de turismo) e de dois anos para as pessoas jurídicas (obrigatórias ou opcionais), portanto, os relatórios disponibilizados anteriormente ao ano de 2016 servem apenas para fins consultivos, não atestando a regularidade cadastral dos prestadores. Maiores esclarecimentos, contatar o órgão de turismo da sua UF responsável pelo cadastramento (lista disponível no site www.cadastur.turismo.gov.br) ou a Coordenação-Geral de Cadastramento e Fiscalização de Prestadores Serviços Turísticos (MTur).</p>					
52	<p>Projetos do Programa Nacional de Apoio à Cultura - Lei Rouanet - SALIC</p>	<p>Dados Abertos do Sistema de Apoio às Leis de Incentivo à Cultura.</p> <p>Principal mecanismo de fomento à Cultura do Brasil, a Lei Rouanet, como é conhecida a Lei 8.313/91, instituiu o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac). O nome Rouanet remete a seu criador, o então secretário Nacional de Cultura, o diplomata Sérgio Paulo Rouanet. Para cumprir este objetivo, a lei estabelece as normativas de como o Governo Federal deve disponibilizar recursos para a realização de projetos artístico-culturais. A Lei foi concebida originalmente com três mecanismos: o Fundo Nacional da Cultura</p>	<p>Coordenação-Geral de Inovação, CNIC e Banco de Pareceristas (DFIND/SEFIC/SECULT/MTUR)</p>	SIM	MENSAL	<p>Lei de Incentivo à Cultura - Lei Rouanet (Lei nº 8.313/1991)</p>	NÃO

		<p>(FNC), o Incentivo Fiscal e o Fundo de Investimento Cultural e Artístico (FICART). Este nunca foi implementado, enquanto o Incentivo Fiscal - também chamado de mecenato - prevaleceu e chega ser confundido com a própria Lei.</p> <p>Mais informações sobre a Lei Rouanet podem ser obtidas em seu portal: http://rouanet.cultura.gov.br/</p> <p>Os dados abaixo são extraídos do SALIC - Sistema de Apoio às Leis de Incentivo à Cultura, o sistema é utilizado para apoiar todo o processo de incentivo, desde a submissão de propostas culturais até sua avaliação pela Comissão Nacional de Incentivo à Cultura.</p> <p>Os dados estão disponíveis em nossa API de dados abertos, que contemplam essas entidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> . Projetos Culturais . Propostas (de projetos culturais) . Proponentes . Incentivadores . Fornecedores <p>A API retorna os recursos nos formatos JSON (padrão), XML e CSV.</p> <p>Conheça também o aplicativo de visualização do SALIC, o VerSalic. Descubra e compartilhe informações dos Projetos Culturais beneficiados pelo Incentivo fiscal da Lei Rouanet.</p>					
--	--	---	--	--	--	--	--

		O VerSalic utiliza esta API de dados abertos para acesso dinâmico ao SALIC. Estude o código-fonte e proponha novas visualizações!					
53	Selo Turismo Responsável	<p>O Selo Turismo Responsável é um incentivo para que empresas e prestadores de serviços turísticos se comprometam com boas práticas de higienização específicas para cada segmento do setor do turismo.</p> <p>Para isso é disponibilizado sistema e base de dados com a lista de empresas e prestadores de serviços turísticos que cumpram protocolos específicos para a prevenção da Covid-19, com o objetivo de diminuir os impactos da pandemia e preparar o setor para um retorno gradual às atividades.</p> <p>Assim, os cidadãos podem selecionar empresas comprometidas com a segurança na atividade turística para que se sintam seguros ao viajar e frequentar locais que cumpram protocolos específicos para a prevenção da Covid-19.</p>	Coordenação-Geral de Turismo Responsável - CGTR (DIMEC/SNDTU/MTUR)	NÃO	TRIMESTRAL	<p>Lei nº 11.771/2020, art. 5º, incisos XVII e XVII;</p> <p>Plano Nacional do Turismo, Diretriz 3.2 - Melhoria da Qualidade e Competitividade; e,</p> <p>Programa Turismo Seguro</p>	NÃO
54	Sistema Código de Conduta (CESI)	<p>O Código de Conduta do Brasil é um incentivo para que empresas e prestadores de serviços turísticos se comprometam com o enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo.</p> <p>Para isso é disponibilizado sistema e base de dados com a lista de empresas e prestadores de serviços turísticos que assumiram os compromissos estabelecidos no Código de Conduta, que adotem uma posição explícita de repúdio à exploração sexual contra</p>	Coordenação-Geral de Turismo Responsável - CGTR (DIMEC/SNDTU/MTUR)	NÃO	TRIMESTRAL	<p>Lei nº 11.771/2020, art. 5º, incisos XVII e XVII;</p> <p>Plano Nacional do Turismo, Diretriz 3.2 - Melhoria da Qualidade e</p>	NÃO

		crianças e adolescentes em sua política interna e que promovam ações de disseminação de informação e capacitação, de modo que seus funcionários e parceiros comerciais tenham mais esclarecimento sobre o tema e saibam como proceder em casos suspeitos. Assim, os cidadãos podem selecionar empresas comprometidas com a segurança na atividade turística.				Competitividade; e, Programa Turismo Seguro	
55	Sistema Nacional de Cultura - SNC	Lista de estados e municípios que integram o SNC - Sistema Nacional de Cultura - dados obtidos a partir da plataforma de monitoramento do SNC.	Coordenadora-Geral do Sistema Nacional de Cultura - CGSNC (SECDEC/SECULT/MTUR)	SIM	SEMESTRAL	Sistema Nacional de Cultura (Art. 216-A da Constituição Federal)	NÃO
56	Terceirizados do Ministério do Turismo	Relação dos colaboradores terceirizados que prestam serviços no Ministério do Turismo (MTur), incluindo a Secretaria Especial da Cultura (SECULT)	Coordenação-Geral de Recursos Logísticos - CGRL (DVSAT/CSG/SPOA/SE/MTUR)	SIM	QUADRIMESTRAL	NÃO	NÃO
57	Tomada de Contas Especial	Tomada de Contas Especial (TCE) é um processo devidamente formalizado, dotado de rito próprio, que objetiva apurar os fatos, identificar os responsáveis e quantificar o dano causado ao Erário, visando ao seu imediato ressarcimento. Instrumento legal do processo administrativo aberto com objetivo de ressarcir o erário de eventuais prejuízos que lhe forem causados, sendo o processo revestido de rito próprio e somente	Coordenação-Geral de Gestão de Transferências - CGGT (SGFT/SE/MTUR)	SIM	SEMESTRAL	NÃO	NÃO

		<p>instaurado depois de esgotadas as medidas administrativas para reparação do dano.</p> <p>Ao acessar os arquivos desta base, de competência do MTur, incluindo a SECULT, o usuário terá acesso aos seguintes dados: identificação dos processos; identificação dos convenientes; nº SIAFI/SICONV; nº CV/CR (Convênios/Contratos de Repasse); identificação do órgão instaurador; nº do processo SEI etc.</p>					
58	Turismo com Música	<p>Relação de atrações artísticas musicais que podem ser contratadas por ente público (Prefeitura, Governo de Estado, Fundação Pública, dentre outros) que tenha recebido recurso do Ministério do Turismo para realização de eventos turísticos.</p>	<p>Coordenação-Geral de Fomento a Eventos Turísticos - CGFET (SNDTUR/MTUR)</p>	NÃO	MENSAL	NÃO	NÃO

Anexo II - Referências

NOME	DESCRIÇÃO	LOCALIZAÇÃO
Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação - LAI)	Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm
Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Transparência)	Determina ao Poder Público a adoção de instrumentos de transparência na gestão fiscal em meios eletrônicos de acesso público às informações orçamentárias e prestações de contas.	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm
Portal da Transparência	No Portal da Transparência, estão disponíveis informações sobre o Poder Executivo Federal tais como gastos diretos do Governo Federal, transferências de recursos a Estados e Municípios, convênios com pessoas físicas, jurídicas ou entes governamentais, previsão e arrecadação de receitas e servidores do Governo Federal.	http://www.transparencia.gov.br/
EGTI - Estratégia Geral de Tecnologia da Informação	A EGTI é um instrumento de gestão do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP), que traça a direção da Tecnologia da Informação (TI), além de subsidiar os órgãos do Sistema na elaboração dos Planejamentos de Tecnologia da Informação.	http://www.sisp.gov.br/egti/wiki/download/file/EGTI_2013-2015_v1_1.pdf
e-PING - arquitetura de interoperabilidade do governo eletrônico	Conjunto mínimo de premissas, políticas e especificações técnicas que regulamentam a utilização da Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) na interoperabilidade de Serviços de Governo Eletrônico, estabelecendo as condições de interação com os demais Poderes e esferas de governo e com a sociedade em geral.	www.governoeletronico.gov.br e http://www.governoeletronico.gov.br/o-gov.br/legislacao/portaria-no-05-de-14-de-julho-de-2005

e-MAG - Modelo de Acessibilidade de Governo Eletrônico	Conjunto de recomendações a ser considerado para que o processo de acessibilidade dos sites e portais do governo brasileiro seja conduzido de forma padronizada e de fácil implementação.	http://www.governoeletronico.gov.br/acoes-e-projetos/e-MAG
e-VoG: vocabulários e ontologias de Governo Eletrônico	Conjunto de padrões, ferramentas e metodologias para possibilitar: o intercâmbio de informações com acordo semântico, de forma a viabilizar o pronto cruzamento de dados de diversas fontes; o uso de metodologias de modelagem conceitual como forma de elicitação do conhecimento tácito das áreas de negócio de governo.	http://vocab.e.gov.br
VCGE - Vocabulário Controlado do Governo Eletrônico	O VCGE é um modelo esquemático para ser utilizado no elemento assunto.categoria (subject.category) do Padrão de Metadados do Governo Eletrônico. Objetiva tornar mais direta a apresentação dos serviços apresentados nos portais governamentais, que devem ter sua estrutura de diretório baseada nos indexadores do VCGE.	http://vocab.e.gov.br/2011/03/vcge
INDA - Infraestrutura Nacional de Dados Abertos	Conjunto de padrões, tecnologias, procedimentos e mecanismos de controle necessários para atender às condições de disseminação e compartilhamento de dados e informações públicas no modelo de Dados Abertos, em conformidade com o disposto na e-PING. A INDA é a política do governo brasileiro para dados abertos.	http://www.governoeletronico.gov.br/acoes-e-projetos/Dados-Abertos/inda-infraestrutura-nacional-de-dados-abertos
Instrução Normativa nº 4 de 13 de abril de 2012 (INDA)	Institui a Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (INDA) como política para garantir e facilitar o acesso pelos cidadãos, pela sociedade e, em especial, pelas diversas instâncias do setor público aos dados e informações produzidas ou custodiadas pelo Poder Executivo federal.	http://www.governoeletronico.gov.br/biblioteca/arquivos/instrucao-normativa-da-infraestrutura-nacional-de-dados-abertos-2013-inda/download

Comitê Gestor da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (CGINDA)	O Comitê Gestor da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (CGINDA), criado no âmbito da Infraestrutura Nacional de Dados Aberto (INDA), para formular políticas, estabelecer diretrizes, coordenar e articular as ações de implantação da INDA, como política para garantir e facilitar o acesso pelos cidadãos, pela sociedade e, em especial, pelas diversas instâncias do setor público aos dados e informações públicas, e gerir o desenvolvimento do plano de ação da INDA e dos produtos da Infraestrutura.	
Portal Brasileiro de Dados Abertos	É a ferramenta disponibilizada pelo governo para que todos possam encontrar e utilizar os dados e as informações públicas.	dados.gov.br
Plano de Ação da INDA	Institui a necessidade de os órgãos instituírem seus respectivos Planos de Abertura de Dados com vistas a uma Política Nacional de Dados Abertos e institui os elementos mínimos do documento, bem como orienta que a abertura de dados deve observar a relevância para o cidadão.	http://wiki.gtinda.ibge.gov.br/GetFile.aspx?File=2fGT1-Gest%3a3o%20e%20Normativo%2fPlano%20de%20A%3a7%3a3o%20-%20INDA%2005.02.2013.odt
Guia de Abertura de Dados da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos	Documento que pretende contextualizar e orientar as instituições detentoras de dados públicos no processo de disponibilização desses dados de acordo com os princípios de Dados Abertos.	http://www.consultas.governoeletronico.gov.br/consultasPublicas/consultas.do;jsessionid=C13E-5697FF43725DB0020A8BD15E77AB?acao=exibir&id=93
Arquitetura Técnica Referencial	Documento que tem por objetivo servir como referência para implementação de soluções para disponibilização de dados na Internet seguindo os princípios de dados abertos.	http://wiki.gtinda.ibge.gov.br/GetFile.aspx?File=2fGT3-Tecnologia%2fArquitetura%20Tecnica%20Referencial%20de%20Abertura%20de%20Dados%20v1%20edicao_duke.odt

Cartilha para publicação de dados abertos	Documento que objetiva o estabelecimento de diretrizes para que os dados públicos governamentais do Brasil constituam a Infraestrutura Nacional de Dados Abertos, contribuindo para a democratização do acesso à informação na sociedade. As diretrizes compreendem requisitos mínimos para que uma organização pública seja capaz de preparar os conjuntos de dados, implemente o processo de publicação destes na Internet e a sua catalogação no dados.gov.br.	http://dados.gov.br/cartilha-publicacao-dados-abertos/
INDE - Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais	Conjunto integrado de tecnologias, políticas, mecanismos e procedimentos de coordenação e monitoramento, padrões e acordos, necessário para facilitar e ordenar a geração, o armazenamento, o acesso, o compartilhamento, a disseminação e o uso dos dados geoespaciais de origem federal, estadual, distrital e municipal.	http://inde.gov.br/
Decreto Presidencial nº 6.666, de 27 de novembro de 2008 (INDE)	Instituiu a criação da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE) e determina que o compartilhamento e a disseminação dos dados geoespaciais e seus metadados é obrigatório para todos os órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, salvos os protegidos por sigilo.	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6666.htm
Normas e Padrões da INDE	Inclui normas técnicas de cartografia, perfil de metadados geoespaciais no Brasil, entre outros.	http://www.inde.gov.br/?page_id=70
Perfil de Metadados Geoespaciais do Brasil	Trata de padrões de metadados geoespacializados no Brasil.	http://www.inde.gov.br/?page_id=70
OGP - Open Government Partnership	Iniciativa multilateral voluntária que busca melhorar o desempenho governamental, fomentar a participação cívica e melhorar a capacidade de resposta dos governos aos cidadãos por meio de abertura dos dados.	http://www.opengovpartnership.org/

CIGA - Comitê Interministerial de Governo Aberto	Responsável por orientar a implementação e elaboração dos Planos de Ação do Brasil. O CIGA é composto por 18 ministérios e coordenado pela Casa Civil da Presidência da República.	http://www.cgu.gov.br/governoaberto/ciga.html
1º Plano de Ação Nacional sobre Governo Aberto - 2011/2013 (Open Government Partnership - OGP)	Instituído pelo Decreto s/n de 15 de setembro de 2011, visa a promover ações e medidas que visem ao incremento da transparência e do acesso à informação pública, à melhoria na prestação de serviços públicos e ao fortalecimento da integridade pública.	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2011-2014/2011/Dsn/Dsn13117.htm
Relatório de Avaliação do 1º Plano (OGP)	O relatório de progresso nacional avalia a implantação dos planos de ação e a evolução no cumprimento dos princípios de governo aberto, além de apresentar recomendações técnicas. O documento sobre o Brasil foi elaborado pelo Centro Brasileiro de Análise e Planejamento.	http://www.opengovpartnership.org/independent-reporting-mechanism
2º Plano de Ação - Parceria para Governo Aberto - 2013/2016 (Open Government Partnership - OGP)	O Brasil lançou o segundo Plano de Ação Nacional para Governo Aberto no dia 7 de maio de 2013. Ao todo, foram assumidos 52 compromissos, por 17 órgãos do Governo Federal. O Plano buscou fortalecer o comprometimento do país com temas como transparência dos atos governamentais, prevenção e combate à corrupção.	http://www.cgu.gov.br/governoaberto/no_brasil/plano-brasileiro/segundo-plano/SegundoPlano.pdf
Relatório de Avaliação do 2º Plano de Ação (OGP)	O Relatório Final de Autoavaliação do 2º Plano de Ação, publicado em novembro de 2016, apresenta um detalhamento minucioso sobre o grau de implementação dos 52 compromissos pactuados, assim como as justificativas dos órgãos sobre execução substantiva ou limitada desses compromissos.	https://governoaberto.cgu.gov.br/central-de-conteudo/documentos/balanco-final-2o-plano-versao-final.pdf

3º Plano de Ação - Parceria para Governo Aberto - 2016/2018 (Open Government Partnership - OGP)	Lançado em dezembro de 2016, o 3º Plano de ação contém 16 compromissos, desenhados e discutidos com o envolvimento de 105 instituições, incluindo o governo, a sociedade civil e o setor privado. Além disso, de forma inovadora, contou não somente com a participação de entes subnacionais, mas também dos Poderes Legislativo e Judiciário. O intercâmbio de experiências ampliou a visão e o escopo dos trabalhos e permitiu o estabelecimento de ações mais ambiciosas.	https://governoaberto.cgu.gov.br/central-de-conteudo/documentos/3o-plano-de-acao-versao-final.pdf
Avaliação do 3º Plano de Ação (OGP)	O acompanhamento sobre o grau de implementação dos compromissos pactuados encontra-se disponível no Painel de Monitoramento e execução do 3º Plano de ação, que apresenta informações consolidadas de execução, além de memórias de reuniões de ações gerais de monitoramento e ações de acompanhamento da execução dos compromissos.	https://governoaberto.cgu.gov.br/governo-aberto-no-brasil/monitoramento/3o-plano-de-acao-brasileiro
4º Plano de Ação - Parceria para Governo Aberto - 2018/2020 (Open Government Partnership - OGP)	O 4º Plano de Ação do Brasil é composto por 11 compromissos, os quais foram cocriados com o envolvimento de 88 instituições, sendo 39 organizações da sociedade civil, 39 órgãos da Administração Pública Federal e 10 órgãos das Administrações Públicas Estaduais e Municipais, sempre com o intuito de fortalecer constantemente os princípios de transparência, participação cidadã, inovação, prestação de contas e responsabilização (accountability) que norteiam as ações da Parceria para Governo Aberto.	http://governoaberto.cgu.gov.br/a-ogp/planos-de-acao/4o-plano-de-acao-brasileiro/4o-plano-de-acao-nacional_portugues.pdf
Relatório Intermediário de autoavaliação do 4º Plano de Ação (OGP)	Apresenta informações sobre o processo de construção do 4º Plano de Ação brasileiro e sobre a situação de seus compromissos, considerando o período compreendido entre outubro de 2018 e agosto de 2019.	https://governoaberto.cgu.gov.br/noticias/2019/09/relatorio-intermediario-de-autoavaliacao-do-4o-plano-de-acao-esta-em-consulta-publica/relatorio-intermediario-de-autoavaliacao_4o-pan.pdf

PEI 2020-2023 - Planejamento Estratégico Institucional do MTur	Documento que institui e divulga o planejamento estratégico do MTur. O PEI é um documento que se situa no nível estratégico, determinando as políticas e estratégias que governam a organização, definindo os principais objetivos a serem alcançados.	Em fase final de elaboração.
PETI - Plano Estratégico da Tecnologia da Informação (MTur)	Documento que institui o Planejamento Estratégico da Tecnologia da Informação no âmbito do Ministério do Turismo.	O novo PETI será atualizado após a publicação do PEI 2020-2023.
PDTIC 2019-2020 - Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações (MTur)	Trata-se de instrumento de diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos e processos de Tecnologia da Informação, com vistas a orientar o atendimento de necessidades tecnológicas e de informação de um órgão, entidade ou organização em determinado período.	http://www.turismo.gov.br/images/pdf/Publica%C3%A7%C3%B5es/2019/PDTIC_2019_2020_v.%20final.pdf
Portaria nº 92, de 11 de março de 2019 (CETI - Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação)	Institui o Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação, no âmbito do MTur. O CETI tem por finalidade propor políticas e diretrizes de tecnologia da informação alinhadas às estratégias do ministério, o Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI, dentre outras atribuições.	http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-92-de-11-de-marco-de-2019-66545380
Decreto nº 10.332, de 28 de abril de 2020	Institui a Estratégia de Governo Digital para o período de 2020 a 2022 , no âmbito dos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10332.htm e https://www.gov.br/governodigital/pt-br/EGD2020/

Anexo III - Glossário

As definições apresentadas abaixo referem-se aos termos utilizados neste Plano de Dados Abertos:

- **Dado:** sequência de símbolos ou valores, representados em algum meio, produzidos como resultado de um processo natural ou artificial. Entende-se que dados são observações ou o resultado de uma medida (por investigação, cálculo ou pesquisa) de aspectos característicos da natureza, estado ou condição de algo de interesse, que são descritos por meio de representações formais e, ao serem apresentados de forma direta ou indireta à consciência, servem de base ou pressuposto no processo cognitivo (HOUAISS¹, 2001; SETZER², 2001).
- **Dados Abertos:** dados públicos representados em meio digital, estruturados em formato aberto, processáveis por máquina, referenciados na rede mundial de computadores e disponibilizados sob licença aberta que permita sua livre utilização, consumo ou cruzamento.
- **Dados Abertos Governamentais:** metodologia para a publicação de dados do governo em formatos reutilizáveis, visando o aumento da transparência e maior participação política por parte do cidadão, além de gerar diversas aplicações desenvolvidas colaborativamente pela sociedade.
- **Dado Público:** qualquer dado gerado ou sob a guarda do Governo que não tenha o seu acesso restrito ou esteja sob sigilo, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de 4 novembro de 2011.
- **Dicionário de Dados:** o dicionário de dados é um documento que descreve, de forma estruturada, o significado, origem (onde são coletados), características, funções, relacionamento, uso dos conjuntos ou bases de dados etc.
- **e-PING:** Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico - define um conjunto mínimo de premissas, políticas e especificações técnicas que regulamentam a utilização da Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) na interoperabilidade de serviços de Governo Eletrônico, estabelecendo as condições de interação com os demais Poderes e esferas de governo e com a sociedade em geral.

¹ HOUAISS, A. Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa. Versão 1.0. [s. l.]: Objetiva, 2001.

² SETZER, V. W. Dado, informação, conhecimento e competência. Datagrama, São Paulo v. 10, 2001. Disponível em: <<http://www.ime.usp.br/~vwsetzer>>. Acesso em: 12 jun. 2004. Coleção Ensaios Transversais.

- **e-VoG:** Vocabulários e Ontologias do Governo Eletrônico é um conjunto de padrões, ferramentas e metodologias para possibilitar: o intercâmbio de informações com acordo semântico, de forma a viabilizar o pronto cruzamento de dados de diversas fontes; o uso de metodologias de modelagem conceitual como forma de eliciação do conhecimento tácito das áreas de negócio de governo; o uso de ontologias como ferramenta para explicitar conhecimentos de maneira formal e coerente; o alinhamento conceitual das diversas áreas do conhecimento do governo. Um dos produtos do e-VoG é o Repositório de Vocabulários e Ontologias de Governo Eletrônico (<http://vocab.e.gov.br/>), local para acesso a todas as referências ontológicas do Governo Eletrônico Federal.
- **Formato aberto:** formato de arquivo não proprietário, cuja especificação esteja documentada publicamente e seja de livre conhecimento e implementação, livre de patentes ou qualquer outra restrição legal quanto à sua utilização.
- **Governança Digital:** utilização, pelo setor público, de tecnologias da informação e comunicação com o objetivo de melhorar a informação e a prestação de serviços, incentivando a participação dos cidadãos no processo de tomada de decisão e tornando o governo mais responsável, transparente e eficaz.
- **Informação:** dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato; a informação é gerada a partir de algum tratamento ou processamento dos dados por parte do seu usuário, envolvendo, além de procedimentos formais (tradução, formatação, fusão, exibição etc.), os processos cognitivos de cada indivíduo (MACHADO³, 2002; SETZER, 2001).
- **Licença aberta:** acordo de fornecimento de dados que conceda amplo acesso para que qualquer pessoa os utilize, os reutilize, e os redistribua, estando sujeito a, no máximo, a exigência de creditar a sua autoria e compartilhar pela mesma licença;
- **Linked Data:** conjunto de boas práticas para publicação de dados estruturados de maneira a facilitar seu compartilhamento e integração;
- **Metadado**⁴: informação que descreve características de determinado dado, explicando-o em certo contexto de uso.

³ MACHADO, F. B. Limitações e deficiências no uso da informação para tomada de decisões. Caderno de pesquisas em administração, São Paulo, v. 9, n. 2, 2002

⁴ Nota: Conforme Decreto n. 6.666/2008 (Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais - INDE), este conceito pode ser

- **Open Knowledge Foundation (OKF):** é uma organização sem fins lucrativos que promove conhecimento livre. Foi fundada em maio de 2004, em Cambridge.[1]. Atualmente, a rede da OKF conta com nove capítulos em diferentes países, entre eles o Brasil, além de grupos estabelecidos e afiliados em dezenas de outros países.
- **Parceria para Governo Aberto ou OGP** (do inglês **Open Government Partnership**): é uma iniciativa internacional e multilateral que visa garantir compromissos concretos de governos nacionais e subnacionais para promover governo aberto, capacitar cidadãos, combater a corrupção e aproveitar novas tecnologias para fortalecer a governança.
- **Plano de Dados Abertos:** documento orientador para as ações, com prazos definidos, de implementação e promoção de abertura de dados de cada órgão ou entidade da administração pública federal, obedecidos os padrões mínimos de qualidade, de forma a facilitar o entendimento e a reutilização das informações;

explicado como: “conjunto de informações descritivas sobre os dados, incluindo as características de seu levantamento, produção, qualidade e estrutura de armazenamento, essenciais para promover a sua documentação, integração e disponibilização, bem como possibilitar sua busca e exploração”.